

Quarta-feira, 31 de Março de 1982



DIÁRIO da Assembleia da República

II LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1981-1982)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 30 DE MARÇO DE 1982

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Américo Maria Césio Gomes de Sá

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes

Vítor Manuel Brás

Maria José Paulo Sampalo

José Manuel Maia Nunes de Almada

SUMÁRIO. — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 30 minutos.

Antes da ordem do dia. — Foram aprovados os Diários n.^o 60 e 61.

Deu-se conta do expediente, da apresentação de requerimentos e de respostas a alguns outros.

Em declaração política, o Sr. Deputado Costa Pereira (PSD) abordou problemas ligados com a regionalização.

Também em declaração política, o Sr. Deputado Manuel Lopes (PCP), referindo-se à elevada taxa de desemprego existente no País, falou da marcha contra o desemprego, a decorrer neste momento. Respondeu no fim, a pedidos de esclarecimentos dos Srs. Deputados Cavaleiro Brandão (CDS), Manuel Moreira, Lemos Damião e Rocha de Almeida (PSD) e Helena Cidade Moura (MDP/CDE).

O Sr. Deputado Carlos Brito (PCP) interpelou o Sr. Presidente a propósito de declarações por ele prestada aos órgãos da comunicação social acerca da atitude tomada pela oposição no fim da sessão em que foi apresentada a moção de censura do PCP ao Governo, tendo ainda usado da palavra sobre este assunto os Srs. Deputados Salgado Zenha (PS) e Jaime Ramos (PSD).

A propósito da visita a Portugal do Presidente da Jugoslávia, o Sr. Deputado Mário Tomé (UDP) fez uma declaração política tecendo algumas considerações sobre a situação que se vive na Região Autónoma da Kosova, integrada na República da Sérvia. No fim, respondeu a um protesto formulado pelo Sr. Deputado Salgado Zenha (PS).

Em declaração política, o Sr. Deputado Manuel dos Santos (PS) criticou a política económica do Governo.

A Sr.^o Deputada Helena Cidade Moura (MDP/CDE) fez uma declaração política em que, referindo-se às associações de educação popular definidas através de decreto-lei pelo então ministro da Educação, Vítor Alves, e criticou a ação do Governo no campo educacional. No fim, respondeu a um pedido de esclarecimento formulado pela Sr.^o Deputada Natália Correia (PSD).

Ordem do dia. — Depois de lido pela Mesa, foi aprovado um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos sobre a substituição de deputados do CDS e do PCP.

Foi discutido e aprovado o projecto de resolução do PS relativo à criação de uma comissão eventual para as condições de funcionamento da Assembleia da República.

Intervieram no debate os Srs. Deputados Jorge Sampalo e José Niza (PS), Carlos Robalo (CDS) e Jorge Lemos (PCP).

Entretanto, procedeu-se à eleição dos representantes dos grupos parlamentares na Comissão de Apreciação dos Actos do Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas, sendo o resultado do escrutínio anunciado na próxima sessão.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 45 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum. Declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 30 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PSD)

Adérito Manuel Soares Campos.
Alberto Augusto Faria dos Santos.
Álvaro Barros Marques Figueiredo.

Amândio Anes de Azevedo.
Amélia Cavaleiro M. de Andrade Azevedo.

Anacleto Silva Baptista.

António Duarte e Duarte Chagas.

António Roleira Marinho.

António Vilar Ribeiro.

Armando Lopes Correia Costa.

Arménio Jerónimo Martins Matias.

Arménio dos Santos.

Bernardino da Costa Pereira.

Carlos Mattos Chaves de Macedo.

Cristóvão Guerreiro Norte.

Daniel Abílio Ferreira Bastos.

Daniel Cunha Dias.
 Eleutério Manuel Alves.
 Fernando Alfredo Moutinho Garcez.
 Fernando José da Costa.
 Fernando José F. Fleming de Oliveira.
 Fernando José Sequeira Roriz.
 Fernando Manuel Cardoso Ferreira.
 Francisco de Sousa Tavares.
 Jaime Adalberto Simões Ramos.
 João Evangelista Rocha Almeida.
 João Manuel Coutinho Sá Fernandes.
 João Vasco da Luz Botelho Paiva.
 Joaquim Pinto.
 José Assunção Marques.
 José Augusto Ferreira de Campos.
 José Manuel Pinheiro Barradas.
 José Mário de Lemos Damião.
 Leonel Santa Rita Pires.
 Manuel António Araújo dos Santos.
 Manuel António Lopes Ribeiro.
 Manuel Ferreira Martins.
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Manuel Maria Moreira.
 Manuel Maria Portugal da Fonseca.
 Manuel Ribeiro Arruda.
 Maria da Glória Rodrigues Duarte.
 Maria Manuela Dias Moreira.
 Maria Margarida do R. da C. S. M. Ribeiro
 Mário Dias Lopes.
 Mário Júlio Montalvão Machado.
 Mário Marques Ferreira Maduro.
 Natália de Oliveira Correia.
 Nicolau Gregório de Freitas.
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.
 Valdemar Cardoso Alves.
 Vasco Francisco Aguiar Miguel.
 Virgílio António Pinto Nunes.

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.
 Alberto Arons Braga de Carvalho.
 Alberto Marques Antunes.
 Alberto Marques de Oliveira e Silva.
 António de Almeida Santos.
 António Chaves Medeiros.
 António Duarte Arnaut.
 António Cândido Miranda Macedo.
 António Carlos Ribeiro Campos.
 António Fernando Marques R. Reis.
 António Gonçalves Janeiro.
 António José Sanches Esteves.
 Aquilino Ribeiro Machado.
 Armando dos Santos Lopes.
 Avelino Ferreira Loureiro Zenha.
 Beatriz Cal Brandão.
 Bento Elísio de Azevedo.
 Carlos Cardoso Lage.
 Fausto Sacramento Marques.
 Fernando Torres Marinho.
 Fernando Verdasca Vieira.
 Francisco de Almeida Salgado Zenha.
 Jaime José Matos da Gama.
 João Alfredo Félix Vieira Lima.
 Jorge Fernando Branco Sampaio.
 José Manuel Niza Antunes Mendes.

Júlio Filipe de Almeida Carrapato.
 Júlio Francisco Miranda Calha.
 Luís Abílio Conceição Cacito.
 Luís Manuel César Nunes de Almeida.
 Luís Manuel dos Santos Silva Patrão.
 Luís Silvério Gonçalves Saias.
 Manuel António dos Santos.
 Manuel Francisco da Costa.
 Manuel da Mata de Cáceres.
 Maria Teresa V. Bastos Ramos Ambrósio.
 Mário Manuel Cal Brandão.
 Teófilo Carvalho dos Santos.
 Vitor Manuel Brás.

Centro Democrático Social (CDS)

Adriano José Alves Moreira.
 Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.
 Alexandre Correia de Carvalho Reigoto.
 Álvaro Manuel M. Brandão Estêvão.
 Américo Maria Coelho Gomes de Sá.
 António Jacinto Martins Canaverde.
 António Mendes Carvalho.
 Armando Domingos L. Ribeiro Oliveira.
 Carlos Eduardo Oliveira e Sousa.
 Daniel Fernandes Domingues.
 Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.
 Emílio Leitão Paulo.
 Francisco G. Cavaleiro de Ferreira.
 Francisco Manuel L. V. Oliveira Dias.
 Francisco Manuel de Menezes Falcão.
 Henrique José C. M. Pereira de Moraes.
 João Gomes de Abreu de Lima.
 João José M. Pulido de Almeida.
 José Eduardo F. de Sanches Osório.
 Luísa Maria Freire Vaz Raposo.
 Manuel António de Almeida Vasconcelos.
 Manuel Eugénio Cavaleiro Brandão.
 Maria José Paulo Sampaio.
 Mário Gaioso Henriques.
 Paulo Oliveira Ascenção.
 Rogério Ferreira Monção Leão.
 Rui António Pacheco Mendes.
 Victor Afonso Pinto da Cruz.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.
 Álvaro Favares Brasileiro.
 António Anselmo Aníbal.
 António Dias Lourenço da Silva.
 António José de Almeida Silva Graça.
 António José M. Vidigal Amaro.
 Carlos Alberto do Carmo C. Espadinha.
 Carlos Alfredo de Brito.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Ercília Carreira Talhadas.
 Fernando de Almeida Sousa Marques.
 Francisco Miguel Duarte.
 Georgete de Oliveira Ferreira.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 Joaquim António Miranda da Silva.
 João Carlos Abrantes.
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.
 José Manuel Antunes Mendes.
 José Manuel da C. Carreira Marques.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.

José Rodrigues Vitoriano.
 Josefina Maria Andrade.
 Lino Carvalho de Lima.
 Manuel Correia Lopes.
 Manuel Gaspar Cardoso Martins.
 Manuel Rogério de Sousa Brito.
 Manuel Silva Ribeiro de Almeida.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Maria Odete dos Santos.
 Mariana Grou Lanita da Silva.
 Vital Martins Moreira.
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

Partido Popular Monárquico (PPM)

António Cardoso Moniz.
 António de Sousa Lara.
 Henrique Barrilaro Ruas.

Acção Social-Democrata Independente (ASDI)

Jorge Manuel M. Loureiro de Miranda.
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.

União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS)

António Poppe Lopes Cardoso.
 Maria Teresa Dória Santa Clara Gomes.
 Dorilo Jaime F. Seruca Inácio.

Movimento Democrático Português (MDP/CDE)

Helena Cidade Moura.
 Heriberto de Castro Goulart da Silva.

União Democrática Popular (UDP)

Mário António Baptista Tomé.

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Estão em aprovação os *Diários* n.ºs 60 e 61 referentes às reuniões plenárias de 3 e 4 de Março corrente.

Pausa.

Não havendo objecções, consideram-se aprovados.
 O Sr. Secretário Reinaldo Gomes vai passar a ler o expediente.

É o seguinte:

Expediente

Exposição

De António Marques de Oliveira e outros guardas do Lar Residencial de Alcobaça acerca do projecto do decreto regulamentar que cria as carreiras profissionais do pessoal auxiliar não abrangido pelo Decreto-Lei n.º 191-C/79, de 25 de Junho.

Cartas

De Vasco Marques, residente no Bombarral, solicitando intercessão desta Assembleia no sentido de ser

ainda possível intercalar no programa da visita ao nosso país, de SS. João Paulo II a passagem pela Magestosa Basílica de Mafra.

Da Sociedade Iraquiana de Direito Comparado alertando a Comunidade Internacional e as Nações Unidas para os massacres e atrocidades que estão sendo cometidos em larga escala pelo Governo Iraquiano.

De Manuel Gonçalves Bonifácio, residente em Vilarinho, Vila Cais, do concelho de Amarante, solicitando a concessão de amnistia para um seu filho que é militar deserto desde 1971.

Da Comissão Nacional de Trabalhadores da União de Bancos Portugueses remetendo o texto de duas moções aprovadas em reunião efectuada no dia 11 do corrente mês e que contou com a presença de 471 trabalhadores.

De Walter Pacheco de Mendonça, residente em Angra do Heroísmo, fazendo várias considerações sobre a problemática das futuras instalações da direcção e repartição de finanças locais, tendo em vista o sucedido aquando do sismo em Janeiro de 1980.

Ofícios

Da Assembleia Espiritual Nacional dos Baháis de Portugal, com sede em Lisboa, referindo uma reunião efectuada na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, em que foi aprovado um projecto de resolução sobre as perseguições no Irão e remetendo em anexo o documento n.º 4835 do Conselho da Europa.

Da Câmara Municipal de Alcácer do Sal remetendo em anexo moções, uma sobre a Cooperativa de Produção Agrícola Estrela Dourada e a outra de apoio à manifestação das cooperativas agrícolas daquele conselho.

Da Câmara Municipal de Aljustrel enviando moção, aprovada em reunião efectuada no passado dia 3 do corrente, referente ao empreendimento do Alqueva.

Da Câmara Municipal do Entroncamento enviando o texto de uma moção de protesto, aprovada em reunião de 25 de Fevereiro transacto, acerca do processo de remodelação da rede de águas locais.

Da Câmara Municipal de Vila do Conde juntando fotocópia de uma moção, aprovada em reunião realizada no passado dia 1 do corrente, sobre expropriações.

Da Assembleia Distrital de Setúbal remetendo o texto de duas moções, aprovadas na reunião efectuada no passado dia 9 do corrente, sobre o pacote legislativo do poder local e as autarquias do distrito de Setúbal e a actuação do MAI.

Da FAGEL — Fiscalização, Administração e Gestão de Empresas, L.ª com sede na Amadora, tendo várias considerações em matéria de impostos, resultantes das contabilidades organizadas, face ao disposto no Decreto-Lei n.º 47/77.

Da Sr. Deputada Marília Raimundo, na qualidade de eleita pelo círculo eleitoral da Guarda, capeando um abaixo-assinado com 7766 assinaturas de eleitores daquele círculo, protestando contra o projecto do Partido Comunista relacionado com a interrupção voluntária da gravidez.

Ainda quanto a este assunto, repudiando a tentativa de liberalização do aborto, anota-se o seguinte:

Exposições de Manuel Joaquim Pires Daniel e outros, de Vila Nova de Foz Côa, de Margarida Mendes de Barros e outros, da freguesia e concelho de São Pedro do Sul, do Rev. Padre e outros, da freguesia de Medrões, de Santa Marta de Penaguião, António Sardinha e outros, da Covilhã, Maria José César Osório e outros, da freguesia de Figueira do Douro, concelho de Lamego, e telegramas da juventude da paróquia de Lamelas, em Castro Daire, Associação de Casais, catequistas, jovens e pároco, todos da Comunidade Cristã da Horta do Douro.

Telegramas

Dos trabalhadores das UCPs Bento Gonçalves, Salvador Joaquim do Pomar, Poder Popular, Picote, Flor Figueira, Santa Sofia, Safira, 25 de Abril, Tempo e Dinheiro, Boa Esperança, Estrela do Sul, Resistência Popular, Cabrela, Cravo Vermelho, Pedras Alvas, Pedro Soares, Andrade e Silva, Maria Machado, Vasco Gonçalves, José Adelino dos Santos, União das Silveiras e Germano Vidigal, de Montemor-o-Novo, exigindo que o Estado pague as dívidas às mesmas e repudiando acções destruidoras contra as UCPs Boa Esperança, Tempo e Dinheiro e Picote.

Diversos

Telex da comissão de trabalhadores da Metalúrgica Duarte Ferreira manifestando-se favoravelmente pela marcha do desemprego e apelando à unidade dos trabalhadores.

O Sr. Secretário (Reinaldo Gomes): — Foram apresentados na Mesa, na última reunião plenária, os seguintes requerimentos: ao Ministério da Educação e Universidades, formulado pelo Sr. Deputado Teixeira Lopes; aos Ministérios da Indústria, Energia e Exportação e do Trabalho, formulado pelo Sr. Deputado Adelino Teixeira de Carvalho; ao Governo e ao Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas, no total de 3, formulados pelo Sr. Deputado Bento de Azevedo; ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, formulado pelos Srs. Deputados Aldá Nogueira, Custódio Gingão, Joaquim Miranda e Georgette Ferreira; ao Governo, a diversos ministérios e à Misericórdia de Lisboa, no total de 9, formulados pelo Sr. Deputado Magalhães Mota; ao Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas, formulado pelo Sr. Deputado Vilhena de Carvalho; ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e à Secretaria de Estado da Emigração, no total de 2, formulados pela Sr.ª Deputada Maria Manuela Aguiar; à Secretaria de Estado das Pescas, formulado pelos Srs. Deputados Carlos Espadinha e José Vitoriano.

O Governo respondeu a requerimentos apresentados pelos seguintes Srs. Deputados: João Rocha de Almeida, na sessão de 10 de Abril; Reinaldo Gomes, na sessão de 18 de Setembro; Mário Tomé, na sessão de 20 de Outubro; Ercília Talhadas, na sessão de 15 de Outubro; Magalhães Mota, nas sessões de 29 de Outubro, 3 de Novembro, 29 de Janeiro e 2 de Fevereiro;

Daniel Cunha Dias, na sessão de 5 de Novembro; Manuel Laranjeira Vaz e Gomes Carneiro, na sessão de 5 de Novembro; José Manuel Mendes, na sessão de 17 de Novembro; Jorge Lemos e António Mota, na sessão de 3 de Dezembro; Barrilaro Ruas, na sessão de 27 de Dezembro; Álvaro Brasileiro, na sessão de 11 de Dezembro; António Mota, na sessão de 7 de Janeiro; Lorge Lemos, na sessão de 12 de Janeiro; Silva Graça, na sessão de 26 de Janeiro; Guilherme de Oliveira Martins, nas sessões de 8 e 28 de Janeiro; Fernando Dias de Carvalho, na sessão de 7 de Janeiro; Guerreiro Norte, na sessão de 2 de Fevereiro; Heriberto Goulart, na sessão de 5 de Janeiro; Raúl Castro, na sessão de 9 de Fevereiro; Pinto Silva, na sessão de 16 de Fevereiro.

O Sr. Presidente: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

O Sr. Costa Pereira (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Um dos temas actuais na nossa vida política é a regionalização, um tema que nos deverá ser bem caro, um tema que nos deverá merecer toda a nossa disponibilidade possível para a sua discussão.

A regionalização é, sem dúvida, uma componente importantíssima que deverá manter viva e bem acesa a chama da democracia. Esta não poderá existir em pleno enquanto a capacidade de decisão couber a um grupo limitado de cidadãos que se encontram instalados em Lisboa e, ainda por cima, quando alguns desses cidadãos não foram sequer sujeitos ao veredito popular e não emanam de qualquer consulta feita ao povo português.

O Sr. António Moniz (PPM): — Muito bem!

O Orador: — A democracia não poderá existir enquanto as decisões couberem só àqueles que nasceram ou se habituaram aos copos de leite de Lisboa e aos pastéis de Belém.

A democracia autêntica só existirá se nessas decisões tiverem papel preponderante aqueles que continuam a comer a broa e o presunto do Minho e Trás-os-Montes, o pão de centeio das Beiras, as migas do Alentejo ou aqueles que, em determinada data histórica da nossa terra, se sacrificaram a si próprios, reservando para si as tripas e enviando a carne para os que mais dela necessitavam.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Muito bem!

O Orador: — A democracia é o governo de todos por todos. E nós, como reformistas que somos, negamos completamente qualquer tese da pretensa existência de uma classe ou grupo auto-iluminado capaz de dirigir os destinos de uma nação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Permitam-me aqui um parêntesis para protestar contra quem há poucos dias dizia, e passo a transcrever:

«A AD já não é hoje nenhuma coligação reformista.» E protestar porque a AD é uma coligação de partidos que, indo desde a social-democracia ao liberalismo moderno, não poderá ter um pendor essencialmente moderno, não poderá ter um pendor essencialmente reformista na medida em que a sua principal componente é social-democrata.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A revisão constitucional, agora em curso, terá de criar as condições necessárias para garantir e fortalecer o regime democrático. Entre outras coisas garantirá as liberdades individuais dos cidadãos e definirá os órgãos de soberania e os órgãos de poder regional e local.

E será na concretização da criação e das funções desses órgãos, das suas competências e atribuições que sairá reforçada ou não a nossa democracia. A democracia está no povo e o povo está com o poder local.

Lisboa estará relativamente perto, por avião, do Porto, de Bragança, da Guarda, de Viseu ou de Faro, mas está bastante longe para poder conhecer ao vivo as necessidades e os anseios de todos os portugueses.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A regionalização é necessária e fundamental à democracia, pedra indispensável ao desenvolvimento harmonioso do nosso país.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Permitam-me invocar, em particular, a regionalização em relação a duas regiões do nosso país que me são muito caras.

A primeira delas será a do Porto, que tem os seus anseios, tais como o seu autêntico e próprio canal de televisão, o aproveitamento concreto e real da navegabilidade do rio Douro, a ampliação do porto de Leixões que, pelas suas deficiências actuais, é dos mais caros do mundo, o desenvolvimento do Aeroporto de Pedras Rubras, no sentido de o tornar um aeroporto com a capacidade necessária à sua vocação internacional. Um aeroporto com a capacidade para poder receber os milhares de turistas que o demandam, os milhares de emigrantes que a ele recorrem, para permitir uma ligação capaz do Porto com o resto do mundo, ligação essa necessária ao desenvolvimento da economia nortenha. O aeroporto do Porto deverá ser preparado com vista à nossa entrada na CEE. Estamos certos de que, devidamente dimensionado e com as estruturas necessárias, o Aeroporto de Pedras Rubras há-de servir para que os agricultores do Grande Porto e Norte, e em particular os agricultores da Maia, cuja fertilidade da terra é das mais elevadas de todo o território nacional, possam colocar os seus produtos hortícolas nos mercados das capitais da CEE no próprio dia em que são enviados. Terá também que haver ligações rodoviárias capazes a Trás-os-Montes e Alto Douro de maneira a contribuir simultaneamente para o desenvolvimento dessas regiões.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A outra região que gostaria de referir seria a das Beiras, e em particular a Beira Alta, cuja capital — Viseu — é o cruzamento do litoral com o interior do sul com o norte.

O meu sangue beirão não me deixa passar sem aqui referir que a regionalização é fundamental para o necessário crescimento dessa região. Teremos assim que criar novas vias de comunicação, não esquecendo, por exemplo, uma espinha dorsal que rasgue Portugal de norte a sul; criar condições para um desenvolvimento industrial condizente com o resto do País;

fazer um bom aproveitamento dos recursos naturais dessa região; fazer um aproveitamento do aeródromo de Viseu, que possui boas condições climatéricas; criar condições de trabalho e dignidade para os beirões que, em tempos idos, — tempos esses que ainda não nos esquecemos — foram explorados no Alentejo. Quem não se lembra dos chamados «ratinhos» que vinham da Beira Alta fazer os trabalhos mais duros no Alentejo, donde regressavam alguns meses depois de terminada a campanha com uns magros escudos no bolso, e algumas raparigas que, regressando às suas casas grávidas, eram mal recebidas pelos seus pais. Temos que criar os meios de comunicação necessários ao acompanhar do progresso, tais como boas redes de telefones e telex.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Contudo, a regionalização não será uma tarefa fácil. A actual máquina administrativa está anquilosada e nem sempre tem respondido correctamente às medidas precursoras da regionalização como, por exemplo, com a utilização das verbas que têm vindo a ser distribuídas às câmaras municipais. É que as actuais estruturas dos quadros de pessoal das câmaras municipais nem sempre sabem fazer a melhor gestão dos dinheiros públicos.

Qualquer gestão, quer seja a da empresa privada que tem por objectivo a maximização do lucro, quer seja a da autarquia que tem por objectivo a maior satisfação das necessidades sociais ao menor custo, terá de ser sempre regida segundo critérios de rendibilidade.

Estes critérios deverão ser utilizados por um quadro próprio da autarquia, que criará as condições para que o executivo faça a opção política entre as alternativas postas à sua disposição pelos quadros técnicos da autarquia.

O executivo da autarquia terá de ser um órgão político e não necessariamente tecnocrata, até pelas dificuldades decorrentes do sistema de eleição, se tal se pretendesse.

A boa gestão da autarquia significará os órgãos do poder regional e local.

É muito natural que se o executivo da câmara municipal fosse um órgão que resultasse de uma eleição por outro órgão, e neste caso sairia da Assembleia Municipal, possivelmente seria mais fácil arranjar um elenco que, além de ser mais homogéneo, poderia ao mesmo tempo conseguir-se juntar pessoas que congregassem capacidade política e técnica, o que viria aumentar a eficácia da actividade da autarquia.

E já agora permitam-me, Srs. Deputados, que aqui deixe expressa uma ideia que se liga com a regionalização e o desenvolvimento harmonioso do nosso país. Dizíamos há pouco que a entrega dos dinheiros públicos à autarquia local eram medidas precursoras da regionalização. E como sabemos, essa distribuição é feita tomando em conta diversas variáveis, cada uma das quais com o seu coeficiente de ponderação. Parece-nos que, para diminuirmos as desigualdades entre norte e sul, entre o interior e o litoral, haveria que introduzir uma nota variável. Esta seria a referente às remessas dos emigrantes para que estes soubessem que as divisas que nos trazem seriam aplicadas na sua terra de modo a criarmos, desde já, as condições necessárias para o seu eventual regresso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É condição necessária que a regionalização seja criada de modo a prestar dignamente os seus órgãos. Não podemos aceitar que se continuem a verificar situações como a que actualmente existe em que, quer em termos de opinião pública quer algumas vezes na prática, em relação às assembleias municipais, são consideradas algumas vezes apêndices das câmaras municipais, outras um órgão inútil e até às vezes um intruso em relação à própria câmara municipal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: E para terminar queríamos dizer que a regionalização deveria ser começada por um esquema de funcionamento regional dos membros deste Parlamento. Há que criar as condições necessárias para que nós, deputados, contactemos ao vivo com os portugueses que nos elegeram. Deveríamos estar mais ligados aos círculos pelos quais fomos eleitos.

De um modo geral, o deputado vem para Lisboa e quantas vezes se desliga da sua terra, perdido nestes caminhos e corredores um tanto insinuosos da vida de Lisboa.

Quanto muito, e não todos nós, regressamos para passar o fim-de-semana e algumas vezes para participarmos em reuniões partidárias, quantas vezes com carácter comício.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Haverá que criar um sistema de funcionamento em que nós, deputados, trabalhássemos nos nossos círculos não como militante deputado de cada um dos nossos partidos mas como membros deste Parlamento, reduzindo assim a nossa permanência em Lisboa e contactando mais de perto com a realidade do nosso país. Os cidadãos poderiam assim contactar-nos não em Lisboa mas sim nas nossas terras, e assim verificarmos ao vivo as suas necessidades.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Empenhamo-nos em criar este esquema de trabalho regional e local e teremos a certeza de que este Parlamento sairá mais prestigiado. O nosso povo deixará de acreditar na campanha de descrença que se tem procurado fazer contra este Parlamento, para o que, sem dúvida, têm contribuído os órgãos de comunicação social e quantas vezes nós próprios, Srs. Deputados.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Também para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Lopes.

O Sr. Manuel Lopes (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A problemática do emprego constitui hoje uma das reivindicações mais sentidas pelos trabalhadores, especialmente pelos jovens, pelas mulheres e pelos emigrantes.

Em Portugal, em resultado de uma política de recessão económica, das insuficiências estruturais do aparelho produtivo nacional e, especialmente, em resultado da política da governação AD visando a destruição das transformações sociais e económicas conseguidas com o 25 de Abril, o desemprego e a perda de nível de vida constituem hoje dois dos mais sérios e graves problemas com que os Portugueses se debatem.

Se, no que se refere ao nível de vida, estamos cada vez mais na cauda dos países europeus, o mesmo não podemos afirmar quanto às taxas de desemprego.

É talvez esta matéria a única dos *dossiers* em negociação onde rapidamente verificamos termos já achado o «comboio da Europa» ...

É que, embora a grave crise económica, afectando os principais países capitalistas, tenha feito subir a taxa de desemprego a níveis nunca atingidos desde os fins da 2.ª Guerra Mundial, o governo AD consegue com que Portugal ultrapasse os elevados números que grassam naqueles países, designadamente na Europa do Mercado Comum.

Apesar das insuficiências e até nalguns casos das manipulações com intuições políticas que estão subjacentes ao vários dados estatísticos, os números oficiais não podem, nem conseguem, esconder que entre o 1.º semestre de 1980 e igual período de 1981, o desemprego em Portugal aumentou em pelo menos 60 000 pessoas, e que correspondia no final do período a cerca de 386 000 desempregados. Segundo os sindicatos, o desemprego seria neste princípio do ano já de 480 000 pessoas, o que corresponderia a mais de 10 % do total dos trabalhadores portugueses.

É não só um número preocupante mas principalmente uma situação alarmante, quanto é certo que é acompanhada de um aumento constante do custo de vida e da ausência de esquemas de segurança social adequados a minorarem as dificuldades e os traumas que tal situação provoca. Basta dizer que, segundo os mesmos dados oficiais, embora o número de desempregados esteja a aumentar, o número dos que receberam o subsídio de desemprego em 1981 foi inferior ao de 1980!

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, são principalmente as mulheres e os jovens os grandes atingidos pelo desemprego. Cerca de 200 000 desempregados são jovens à procura do primeiro emprego, ou seja, 1 em cada 6 está desempregado.

Quanto às mulheres, constituem 70 % dos desempregados. Particularmente dramática é a situação das mulheres com menos de 25 anos, onde a taxa de desemprego atinge os 27,2 %.

A manter-se esta política, poderemos afirmar, que, pelo ritmo do crescimento do desemprego verificado nos últimos anos, existiriam em 1984 cerca de 600 000 portugueses sem trabalho!

Diz o governo AD que o desemprego é um mal que afecta todos os países, um mal sem solução.

O governo AD sabe que isso é completamente falso e o que pretende esconder é que a AD escorreu como um dos seus principais objectivos políticos, diminuir as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores para intensificar a sua exploração e para favorecer a acumulação e concentração capitalistas.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Ao fomentar e quase só apostar no investimento privado, incluindo as multinacionais, preferindo para segundo plano as empresas públicas e nacionalizadas, o governo AD está a fomentar medidas que vêm agravar mais a pouca segurança no emprego. Existem já sectores da nossa economia que se encontram em desagregação e alguns paralisados, devido à política económica seguida e, em particular, aos compromissos assumidos com o FMI. A colocação da banca nacionalizada ao serviço dos

monopólios, teve como principal consequência a ruína das pequenas e médias empresas. Em sectores como o têxtil, o projecto Werner para a indústria têxtil, mesmo sem ter sido oficialmente aprovado e apesar de não existir qualquer quadro para o sector, está a ser progressivamente aplicado, dele tendo já resultado milhares de despedimentos, e podendo gerar mais cerca de 60 000 desempregados.

Por sua vez a devolução de terras aos agrários e a inviabilização das unidades colectivas de produção e cooperativas já determinou a existência de mais de 20 000 desempregados na zona da Reforma Agrária.

O governo AD sabe que com a sua actuação política incentiva a repressão patronal sobre os trabalhadores e daí os despedimentos repressivos; e sabe que com o seu pacote laboral, pretendendo liberalizar a «lei dos despedimentos», restringir o direito à greve e o direito de contratação colectiva, está a contribuir para o desemprego e a atentar contra o baixo nível de vida dos trabalhadores. Também ao anunciar aos sindicatos da função pública a «lei dos excedentes» o Governo está a propor a esses trabalhadores a «lei de liberalização dos despedimentos». Finalmente, a manutenção da actual lei dos contratos a prazo é como que uma guilhotina apontada a cada trabalhador, que no fundo não é mais que um desempregado temporariamente a laborar.

A política deste governo conduziu assim à quase estagnação da produção e do emprego.

A luta contra o desemprego exige uma política económica que tenha por fundamental a criação de novos empregos, uma política decididamente virada para o desenvolvimento e que tenha como um dos objectivos centrais a melhoria das condições de vida dos Portugueses.

Por isso, entre outras medidas, seria necessário a dinamização do sector nacionalizado, o apoio à Reforma Agrária, o desenvolvimento da agro-indústria, o crescimento acentuado do sector de construção, o aumento da produção em indústrias viradas para o mercado interno, o desenvolvimento das redes de educação e saúde.

Necessária se tornava também uma acção decidida no campo de formação profissional, bem como uma política de correcção dos desequilíbrios regionais.

Para o Grupo Parlamentar do PCP o desemprego está longe de representar uma fatalidade, caso as sociedades se organizem segundo critérios justos e verdadeiramente democráticos.

Quando o desemprego aumenta não é porque os braços dos trabalhadores deixem de ter força ou porque a riqueza da terra se esgotou.

O que acontece, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é que as riquezas criadas pela colectividade são sugadas pela sede do lucro de uns poucos a quem tudo o Poder tudo concede.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Desde o passado domingo que um grupo de trabalhadores e trabalhadoras, respondendo ao apelo da CGTP-IN caminham nas estradas portuguesas. Têm por objectivos: exigir uma política que ponha fim aos despedimentos e promova o desenvolvimento económico; alertar e mobilizar a juventude pela satisfação do seu direito

ao primeiro emprego; denunciar e combater a utilização abusiva dos contratos a prazo e exigir a alteração desta lei de acordo com a Constituição; sensibilizar a opinião pública, as instituições sociais e políticas para a necessidade de combater o desemprego.

Talvez por isso mesmo, não só não faltaram os arautos da desgraça a pressagiar retaliações que, para seu gáudio, gostavam que acontecessem como e à semelhança da inventona feita pelo Governo aquando da greve geral de 12 de Fevereiro, alguns governadores civis e de novo o Sr. Ministro Ângelo Correia estejam a tentar levantar objecções que no fundo o que visam é comprometer o êxito desta luta.

Esta forma de luta pode ser inédita no nosso país; mas não é nova nos países europeus. Ainda o ano passado, organizada pela TUC da Grã-Bretanha, marcha idêntica teve lugar. Trata-se de uma forma de luta pacífica, legítima e constitucional. E diga o que disser o Governo, os trabalhadores portugueses, tal como em 12 de Fevereiro, não abdicarão de exercer os seus direitos e liberdades fundamentais.

Pode o Governo AD ter a certeza de que, seja qual for a atitude assumida pelo Governo, os trabalhadores saberão, dentro da legalidade democrática, encontrar a determinação e firmeza necessárias para, como em outros momentos, infringir uma derrota ao Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Com a sua actuação, a AD no Governo não só faz pagar mais caro o direito de viver aos Portugueses como torna dia após dia mais nítidos os perigos e as ameaças que a continuidade da sua governação constitui para o regime democrático constitucional e para a independência nacional.

É pelo seu comportamento, é pela sua política de desastre e de mentira, é pelas violações constitucionais que pratica que, em cada dia, um maior número de portugueses verificam que este governo AD já não representa mais do que uma grosseira mentira, à qual é urgente e necessário pôr termo.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

Entretanto, assumiu a Presidência o Sr. Presidente Oliveira Dias.

O Sr. Presidente: — Suponho que para formularem pedidos de esclarecimento, inscreveram-se os Srs. Deputados Cavaleiro Brandão, Manuel Moreira, Lemos Damião, Rocha de Almeida e Helena Cidade Moura.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cavaleiro Brandão.

O Sr. Cavaleiro Brandão (CDS): — O Sr. Deputado Manuel Lopes trouxe-nos aqui um problema obviamente sério em toda a parte do mundo e, desde logo, entre nós. Não sei se o trouxe muito seriamente, mas isso seria matéria para abordarmos e verificarmos em sede que não esta.

O Sr. Deputado Manuel Lopes declarou à partida que o problema do desemprego é, fundamentalmente, um problema atinente e vivido no seio de economias capitalistas e, em particular, dos países de gestão e direcção liberal ou capitalista.

Em todo o caso, queria começar por lhe lembrar que tem sido no domínio da governação da Aliança

Democrática que o problema do desemprego, se não está em vias de ser resolvido, tem sido, em todo o caso, minorado.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Não apoiado!

O Orador: — A taxa de desemprego diminuiu cerca de 1% em 1980 e nada indica que tenha aumentado em 1981, apesar das dificuldades económicas que temos vivido.

Por outro lado, gostava de lhe lembrar que em França tem sido precisamente sob a governação socialista-comunista que o desemprego tem aumentado, não obstante a diminuição do desemprego ter feito parte do seu programa de governo — e era um dos pontos fortes desse governo.

O governo socialista-comunista mal tomou posse começou por alterar esse programa de governo e balizar, como objectivo do Governo, que se fixasse o desemprego, ao menos ao nível já existente, que era na ordem de 1 800 000 desempregados. Passado pouco tempo esse limite passou para 2 000 000 e a verdade é que no plano dos factos o desemprego em França está já a ultrapassar os 2 200 000 desempregados.

Uma voz do PCP: — Não é verdade!

O Orador: — Isto significa, Sr. Deputado, que não só não são verdades algumas das coisas que referiu no tocante à nossa situação interna, como é sobretudo inverdadeira a conclusão que retirava em relação ao tipo de gestão das economias. É precisamente sob o domínio de governações socialistas ou socialistas-comunistas que o desemprego tende a aumentar, como se tem verificado em França.

Finalmente, queria deixar registada uma declaração que considero politicamente relevante. É que o Sr. Deputado quis aqui confessar — declarou-o e está registada — que as unidades colectivas de produção na Zona da Reforma Agrária estão a promover o desemprego, estão a despedir. E é ainda aí, no domínio regional, onde o Partido Comunista dispõe de alguma influência, de algum domínio e de algum controle, que o desemprego cresce e que essa mancha, que de facto muito nos preocupa, não é resolvida.

Aplausos do CDS.

Protestos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Moreira.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Já estávamos à espera que o Partido Comunista Português viesse aqui, esta semana, fazer uma intervenção sobre o problema do desemprego, dado verificar-se nesta altura a marcha contra o desemprego.

Devo dizer que muitas das coisas que disse não correspondem à verdade dos factos. Algumas já foram refutadas pelo meu colega do CDS Cavaleiro Brandão, e outras poderei também refutá-las.

Começaria por dizer que o Governo em 1981 gastou 3 milhões e 25 mil contos na criação e manutenção de respectivamente 1800 e 51 800 postos de trabalho.

Foi o governo da Aliança Democrática, e não os governos socialistas ou provisórios, que criou o Instituto de Emprego e Formação Profissional e que criou a Comissão Interministerial para o Emprego. É o governo da Aliança Democrática que tem procurado criar todos os mecanismos e incentivos no sentido de atenuar e progressivamente ir iradicando o desemprego em Portugal. E é por isso que neste momento temos números oficiais que nos levam a concluir que o desemprego tem diminuído de forma progressiva, ainda que de forma bastante diminuta em relação aquilo que desejaríamos. Somos a favor do pleno emprego e do pleno trabalho e, como tal, não nos encontramos satisfeitos — nem a maioria, nem o Governo — com a actual atenuação do desemprego.

No entanto, pergunto à oposição, e concretamente ao Sr. Deputado Manuel Lopes, se é com «marchas de desemprego» que se consegue irradicar o desemprego em Portugal. Pergunto se não seria melhor conseguirmos fazer uma verdadeira revisão constitucional, procurando consagrar o verdadeiro pluralismo económico e dar aos sectores público, privado e cooperativo o mesmo plano de igualdade no sentido de, efectivamente, se poder criar riqueza. Assim, criar-se-iam novos postos de trabalho para os que procuram o primeiro emprego e para os que se encontram desempregados.

Nós, sociais-democratas, somos a favor da existência de um sector público e de que os sectores chaves da economia devem pertencer a esse sector público, mas também somos a favor do sector privado, no sentido de haver confiança do investidor privado, para que ele possa investir criando novos postos de trabalho e absorvendo toda a mão-de-obra que está neste momento desempregada.

Quero também dizer que este ano o Governo dispõe de 6 milhões de contos para criar novos postos de trabalho e para manter outros, mais 4 milhões de contos para reforçar a formação profissional e ainda 8,5 milhões de contos para atribuir um subsídio de desemprego. No total, 18,5 milhões de contos para o emprego.

Como disse, continuamos dispostos a procurar irradicar o desemprego em Portugal, mas para isso é preciso que tenhamos uma Constituição plenamente pluralista no campo económico e que possamos fazer uma nova lei de delimitação dos sectores público e privado, para que se possa, realmente, criar novos postos de trabalho, e para que isso aconteça torna-se também fundamental que o Partido Socialista deixe de ser imobilista em termos de revisão constitucional no que concerne ao capítulo económico, para que possamos, efectivamente, caminhar de acordo com a Europa e possamos ter padrões de vida iguais aos da Europa e para que assim o Sr. Deputado Manuel Lopes não possa vir novamente dizer a esta Assembleia da República que Portugal nem sequer acompanha os países europeus em termos de desemprego e que temos maior desemprego do que os países da Europa Ocidental.

Isso é verdade, mas talvez devido ao facto de termos uma Constituição que não permite incentivar a abertura de novos postos de trabalho para absorver toda a mão-de-obra disponível. É por isso que o Partido Comunista e o Partido Socialista têm de evoluir no sentido de se abrirem à iniciativa privada

um dos sectores chaves que é fundamental para a criação da riqueza, para que se criem novos postos de trabalho e para que se absorva toda a mão-de-obra desempregada, designadamente a mão-de-obra juvenil.

Aplausos do PSD e do CDS.

Uma voz do PCP: — Já disse isso 6 vezes!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Lemos Damião.

O Sr. Lemos Damião (PSD): — Sr. Deputado Manuel Lopes, ouvi com muita atenção a sua intervenção e logo pairou no meu espírito uma dúvida: Se V. Ex.^a estava a falar em nome do Partido Comunista Português ou em nome da Intersindical. Não compreendi bem. No entanto, V. Ex.^a fará o favor de me esclarecer.

Falou nos desempregados e eu quero dizer-lhe, Sr. Deputado, que nós estamos também preocupados com eles, mas não estamos menos por vermos que V. Ex.^a, na qualidade de dirigente da Intersindical, não leva essa mesma organização sindical — uma das duas grandes deste país — a assumir as suas responsabilidades.

Creio que V. Ex.^a devia dizer-nos aqui quais são, ao fim e ao cabo, as metas apontadas pela Intersindical e quais as sugestões que dá ao Governo para que se resolva o problema do desemprego.

Mas V. Ex.^a não fez isso. Limitou-se apenas a dizer que copiaram — e a nosso ver talvez mal — uma marcha da paz que se fez na Grã-Bretanha.

Diz V. Ex.^a que o Governo tem restringido o direito à greve. V. Ex.^a está consciente que é verdade o que acaba de afirmar? Será que, porventura, no dia 12 nós demonstrámos que, finalmente, os trabalhadores neste país têm plena liberdade de fazer a greve quando entenderem?

Sr. Deputado, nós não temos culpa que a Intersindical não tenha conseguido que esses trabalhadores tenham aderido à sua proposta. Isso não se fez — temos pena... — mas o que é certo é que os trabalhadores portugueses cada vez estão mais conscientes. Eles sabem que este país só se recupera se, efectivamente, trabalharmos.

Por outro lado, muito conscientemente, queria perguntar-lhe quem foi derrotado em 12 de Fevereiro. Foi o Governo ou a Intersindical?

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Foi o Ângelo Correia!

O Orador: — Queria agora que me respondesse a este ponto, porque faz parte da sua intervenção: quem faz política de desastre e de mentira? É a AD ou a Intersindical?

Uma voz do PCP: — É a AD, como é evidente!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rocha de Almeida.

O Sr. Rocha de Almeida (PSD): — Logicamente que esperaríamos que um sindicalista e um homem ligado ao mundo do trabalho com visão unilateral

teria forçosamente que vir aqui defender a «marcha das massas» pelas estradas de Portugal.

Quero dizer-lhe, muito sucintamente, que ontem assisti à passagem da marcha — a que eu chamei qualquer coisa, menos uma marcha contra o desemprego — em Aveiro, donde sou natural e deputado.

Efectivamente, verifiquei que dos 100 manifestantes que percorriam a Avenida do Dr. Lourenço Peixinho, a Intersindical deitou mais mão daqueles que estão com o problema do primeiro emprego e não dos desempregados.

Sobre o aspecto da marcha, quero dizer-lhe que temos hoje em Águeda, onde se vai fazer um «canto livre», ofertas que superam os marchantes: Se lá quiserem ficar a trabalhar têm lá empresas onde devem procurar o seu emprego e o seu trabalho.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quanto à sua afirmação de que a marcha é uma forma digna e justa de os trabalhadores demonstrarem a face ao Governo, e de que não estão conformes com a política governamental, estranho simplesmente um facto e quero que o Sr. Deputado o anote: todos nós sabemos que esta marcha e esta forma de luta foi proposta por um homem que não será propriamente do Partido Comunista, será da UEDS — o Kalidás Barreto, que quis destruir os textos.

Aqui o Sr. Deputado perde a favor da sua própria lista. Gostava que o Sr. Deputado pensasse sobre isto. E que os trabalhadores afinal começam a fazer, mesmo dentro da Intersindical, a sua opção.

E quando o Sr. Deputado me vem dizer que se fazem marchas na Inglaterra, pergunto-lhe se o Sr. Deputado começa a ter uma reconversão de pensamento ou de acção e começa a olhar para os países democráticos, deixando de utilizar o exemplo dos países que jogam no totalitarismo, no sindicato único e, pior, no partido único.

Entretanto, quero dizer-lhe, Sr. Deputado, sindicalista que é, como eu também sou, e que nessa qualidade o respeito, que o problema do desemprego não pode ser tratado nesta Câmara com tão pouca seriedade e com tanta paixão da sua parte.

Efectivamente, enquanto não discutirmos nesta Câmara e mesmo em lugares públicos o que será a formação profissional e a reabilitação profissional, nunca poderemos atacar de frente e com seriedade o problema do desemprego que existe neste país.

Simplesmente, o desemprego, como qualquer problema dos trabalhadores, nunca poderá passar pela utilização dos trabalhadores, por formas de luta político-partidárias com a finalidade de derrubar governos, dissolver assembleias, em vez de se criarem as condições necessárias para a revisão constitucional.

E aqui, Sr. Deputado Manuel Lopes, por muito que lhe custe e por muito que os seus ouvidos não estejam abertos a isto, tem que compreender que é uma forma capciosa e desonesta de a Intersindical e de o Partido Comunista se servirem daquilo que é justo nos trabalhadores, levando-os a tomar uma opção política de classe para lhes impor a ditadura, tentando que não tenham uma voz livre no Portugal democrático saído do 25 de Abril.

Aplausos do PSD e do CDS.

O Sr. Rogério de Brito (PCP): — É pior do que uma brotoeja!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Helena Cidade Moura.

A Sr.ª Helena Cidade Moura (MDP/CDE): — O desemprego neste país é um facto concreto. A quantidade de jovens que estão a caminho da delinquência, do roubo e da prisão por causa do desemprego é também uma verdade neste país e penso que todos os partidos têm conhecimento dela.

Assim, é curioso que, de facto, um assunto que devia ser assumido por todos os partidos como um problema nacional é assumido como luta política e partidária, independentemente dos interesses de um país que tem o nível de vida mais baixo da Europa.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Isso é com o PCP!

A Oradora: — Peço que se acalme, Sr. Deputado. É muito novo para dizer disparates.

Aplausos do PCP.

Remetendo-me à intervenção do Deputado Manuel Lopes, queria aproveitar, em primeiro lugar, para me solidarizar com aqueles que marcham hoje numa luta para chamar a atenção deste país — uma atenção consciente — contra o flagelo do desemprego que o ataca.

Em segundo lugar, para lhe prestar a minha homenagem, como lutador sindical, por aquilo que os sindicatos têm feito pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores portugueses antes e depois do 25 de Abril.

Queria ainda perguntar ao Sr. Deputado Manuel Lopes se realmente o nosso sistema educativo não é um dado chave também deste desemprego.

Os ministérios da AD, assumidos sempre pela personalidade — irrefutável, pelos vistos — do Ministro Vitor Crespo, têm desperdiçado o dinheiro público, os empréstimos do Banco Mundial e todo o dinheiro que nos tem vindo da Suécia e de vários sítios para levantar o nosso nível de profissionalização e para tornar o nosso ensino eficiente. Esse dinheiro tem sido desperdiçado em acções completamente despartadas e visam sempre a selectividade do nosso ensino.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — É a via profissionalizante do 12.º ano, é todo um esquema que impede — como se fosse, de facto, o objectivo prioritário deste governo — que se cumpra a Constituição, na medida em que ela diz que às universidades devem ter acesso mais favorecido os filhos das classes trabalhadoras. E quando a Constituição diz isso, e eu o assumo, não é por demagogia, é porque são, exactamente, os filhos das classes trabalhadoras que precisam da protecção do Estado e da sociedade para assumirem a totalidade das suas capacidades. Porque quanto aos outros elas estão assumidas.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Lopes.

O Sr. Manuel Lopes (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando aqui trouxe a problemática do desemprego, foi no sentido de alertar esta Assem-

bleia para um problema que — como se verificou pelas intervenções que os Srs. Deputados da maioria AD fizeram nesta Câmara — nenhum de nós pode escamotear em Portugal.

Pensei que os Srs. Deputados fossem contestar os números que, pela sua veracidade e por constituiriam um flagelo neste país, deviam merecer, da parte de todos os partidos representados nesta Câmara, um debate sério, honesto, um encontrar de propostas. Se acaso fosse esse o interesse e a lógica dos partidos, que aqui se sentam nesta Câmara, para a solução de um tal flagelo nacional.

Não foi isso, na verdade, que aqui disseram os Srs. Deputados que me interpelaram. O Sr. Deputado Cavaleiro Brandão, que não está na sala, começou por dizer que com a governação AD o problema do desemprego tem sofrido diminuição. Nada mais falso, Srs. Deputados! O inquérito de conjuntura do Instituto Nacional de Estatística do 1.º semestre de 1981 é claro. Só entre 1980 e 1981 — 1.º semestre, claro está — o desemprego em Portugal subiu, pelo menos, para 60 000. Isto, reconhecido pelos dados oficiais. Mas estes números — e todos o sabemos — estão para além de uma realidade que é o país real, pois a situação do desemprego, do subemprego, dos contratados a prazo e das milhentas empresas quase a fecharem sem encontrarem qualquer solução por parte deste governo, são, em si, na verdade, uma autêntica calamidade nacional.

E para este problema o governo AD não propõe qualquer solução nem dá qualquer ajuda. E isto é uma realidade que nenhum dos Srs. Deputados, mesmo das bancadas da maioria, ousará, efectivamente, contestar.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Disse aqui o Sr. Deputado Manuel Moreira que o Governo pensa investir 18 milhões de contos para diminuir o desemprego; só que essa é a verba que o Governo recebe dos próprios trabalhadores quando estes descontam para o subsídio de desemprego dos trabalhadores através do chamado Fundo de Desemprego. Mas, Sr. Deputado, não venha aqui agitar com números, porque no ano de 1980 pouco mais de 6 milhões de contos foram gastos em relação aos 15 milhões recebidos; não vale, por isso, a pena falar de números que são falsos e enganadores.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado, com o discurso que produziu, parece procurar um lugar de secretário ou de ministro deste governo AD. Espero que o Sr. Dr. Balsemão, que está quase a sair do Governo ...

Protestos do PSD.

... lhe possa ainda dar uma ajuda ...

Risos.

No entanto, já lá está o Sr. Ministro Ângelo Correia; mas não desespere que talvez o consiga daqui a uns tempos.

Vozes do PCP: — Muito bem!

Vozes do PSD: — Que piada!

O Orador: — O Sr. Deputado Lemos Damião perguntou-me em nome de quem falei. Sr. Deputado, falei em nome do povo português que aqui represento, principalmente em nome das camadas sociais menos favorecidas da nossa população, ...

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Muito bem!

O Orador: — ... principalmente em nome dos trabalhadores que sofrem a repressão, principalmente em nome daqueles que procuram emprego, principalmente em nome daqueles a quem os senhores querem dar uma nova lei dos despedimentos.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — É esse o programa de emprego que a AD promete aos Portugueses.

Aplausos do PCP, do MDP/CDE e da UDP.

Perguntou-me o Sr. Deputado onde é que nós poderíamos falar do direito à greve. Sobre isso digo-lhe o seguinte: o vosso projecto de revisão constitucional, se mais não fosse, é claro e vincula uma proposta que tenta diminuir o direito à greve de uma parte substancial da população, os trabalhadores das empresas públicas que são empresas de interesse nacional.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Como é que o Sr. Deputado tem coragem de me perguntar, aqui nesta Câmara, onde é que está a tentativa, por parte da AD, de diminuir o direito à greve? É preciso descaramento ou desconhecimento! Este governo, desde requisições civis, à substituição efectiva de trabalhadores em greve, até à criação de sistemas alternativos às empresas em greve, tudo tem feito para violar a lei da greve. Sendo assim, pergunto como é que o Sr. Deputado, de uma forma tão descarada, me pode perguntar onde é que estão as violações da lei da greve por parte do Governo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Este governo tem praticado uma política de mentira. No seu próprio Programa dizia que uma das suas prioridades era a política de emprego, só que — e todos o podemos verificar — o desemprego em Portugal tem vindo a aumentar. Referi anteriormente os dados de conjuntura do INE: 386 000 desempregados! Neste momento as estimativas apontam para os 480 000 desempregados. Ou seja, o desemprego tem vindo a aumentar porque não há uma política real que resolva os problemas de uma economia deficiente como é a nossa, porque há um ataque à nacionalização e à Reforma Agrária, porque há leis que protegem o despedimento, porque se mantém a lei dos contratos a prazo. Sendo assim, pergunto: é assim que este governo vai resolver o problema do emprego em Portugal? Não, Sr. Deputado, não é por esse caminho que se resolve o problema; esse caminho conduz àquela Europa do Mercado Comum, onde as taxas de desemprego, apesar de muito altas, já são inferiores àquelas que existem em

Portugal. Isto, Sr. Deputado, é culpa do governo AD e da governação que tem imprimido a este país, é culpa da forma como o governo AD tem encarado a economia destas terras.

Falou aqui o Sr. Deputado Rocha de Almeida em «marchantes». Queria dizer-lhe, sem qualquer despréstígio para os trabalhadores dos talhos, que não é propriamente o nome de marchantes que se deve dar às pessoas que participam na marcha contra o desemprego.

Uma voz do PSD: — São marxistas!

O Orador: — A CGTP, ao assumir a forma pública de uma marcha contra o desemprego, não pretende derrubar o Governo. Aquilo que pretende, eu disse-o na minha intervenção, é levantar e alertar todos os portugueses, o próprio Governo, os partidos políticos, as instituições sociais, para o problema tremendamente grave do desemprego. Ignorar esta situação, tentar encobrir ou denegrir a marcha contra o desemprego é estar contra a resolução do desemprego, e aquilo que as vossas bancadas pretendem é proteger a política do Governo de apoio ao desemprego. Os senhores só estão contra o desemprego quando se trata de apresentar programas de campanha eleitoral, e nos programas de governo, os senhores, na prática, desde os governos civis — e falo aqui do governador civil de Lisboa, que ainda hoje levantou dificuldades ao legítimo direito do exercício pacífico, democrático e constitucional, da marcha contra o desemprego ter lugar em Lisboa, na sexta-feira, dia 2 de Abril — até ao Sr. «Ministro da Invenção», do Sr. Ministro Ângelo Correia ...

Protestos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, dá-me licença que o interrompa?

O Orador: — Faça favor, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, renovava um pedido que fiz aqui, que de certo modo está ultrapassado pela correcção que fez, no sentido de, quer os deputados, quer os membros do Governo, serem designados pelas suas funções ou nomes próprios e não por qualquer outro qualificativo. Agradeço muito.

O Orador: — Sr. Presidente, gostaria só de salientar que me referi ao Sr. Ministro Ângelo Correia na sua qualidade de ministro. Os adjetivos com que o qualifiquei são-me legítimos, porque na verdade são públicos.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, eu estava a fazer-lhe um pedido que não necessita de justificação da sua parte.

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente. Terei em conta o que me referiu mas não deixo de dizer que «quem não quer ser lobo não lhe veste a pele», e ...

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — ... quando um ministro, seja ele qual for, veste uma determinada pele ninguém, nem nesta

Assembleia, nem o povo lá fora, nem qualquer organização social, pode deixar de tratar as coisas pelo seu verdadeiro nome.

Aplausos do PCP.

Protestos do PSD, do CDS e do PPM.

A Sr.^a Deputada Helena Cidade Moura — que aqui produziu afirmações com as quais concordo e com que o meu grupo parlamentar não pode deixar de concordar ...

Vozes do CDS: — Nem o admite!

Vozes do PSD: — Pois claro, é evidente!

O Orador: — ... merece, no entanto, uma resposta ao problema que me colocou relacionado com o sistema educativo deste governo.

Hoje não é novidade para ninguém, para nenhum dos Srs. Deputados, que cada vez mais os filhos dos trabalhadores estão afastados do ensino técnico superior e muito mais ainda do ensino universitário. Os dados que hoje possuímos levam-nos a dizer que, em termos percentuais, o número de filhos dos trabalhadores que hoje ascendem ao ensino universitário são pouco maiores que os números anteriores ao 25 de Abril, estes números são sinónimo de uma política feita em determinado sentido contra os trabalhadores. Resta-me dizer-lhe, Sr.^a Deputada, que estamos absolutamente de acordo com as críticas aqui feitas em relação ao sistema de ensino em Portugal.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — O sistema de ensino em Portugal encontra-se tremendo desadaptado e desenquadradado da realidade e das necessidades da nossa própria economia e das necessidades de emprego. Por exemplo, a nível da formação profissional — apesar do que disse a *O Jornal* o Sr. Secretário de Estado da População e Emprego —, a situação do País real é preocupante, algumas das escolas, que durante muitos anos funcionaram, hoje encontram-se paradas. Cito-vos uma: a Escola Têxtil de Seia, que está completamente parada, ao abandono, e não existe lá um trabalhador. No entanto, a indústria têxtil é um dos sectores que mais gente emprega e é também uma das indústrias onde o problema do desemprego assume proporções assustadoras.

Os Srs. Deputados da AD não querem ver os problemas, não querem analisar a realidade que existe neste país, não querem verificar que esta política, a ser levada a cabo por este governo, vai criar uma situação de tal ordem que será difícil, em anos futuros, encontrar soluções para os nossos principais problemas.

Vozes do PSD: — Olhe que não!

O Orador: — Srs. Deputados, só há uma solução para esta terra, e essa solução terá de ser encontrada com as organizações dos trabalhadores, essa solução terá de ser encontrada com os trabalhadores e nunca contra os trabalhadores. Essa solução, apesar daquilo que os senhores aqui dizem, tem de ir ao encontro das grandes conquistas de Abril, porque se assim não

for o caminho vai ser mau e nenhum daqueles que aqui se senta o poderá aceitar. Está nas vossas mãos — se forem capazes — encontrar soluções para este grave problema nacional que é o desemprego.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a Mesa encontra-se perante uma situação ...

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa e especialmente o Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente da Assembleia da República, a maneira como V. Ex.^a se referiu aos partidos da oposição nas declarações que prestou à comunicação social, após a sua entrevista com o Sr. Presidente da República, suscitam surpresa e mágoa em largos meios oposicionistas — conforme já tive oportunidade de constatar — que, apesar de facilmente reconhecerem a origem partidária do Sr. Presidente, sempre o consideram Presidente de toda a Assembleia da República.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Há uma certa controvérsia relativamente aos termos que foram usados pelo Sr. Presidente da Assembleia da República e uma das versões fixadas é a que vou ler: «é uma atitude fora, frankly, de comportamento normal das regras do comportamento dos deputados em qualquer Parlamento». Como esta questão foi abundantemente discutida na Assembleia da República no próprio dia em que os acontecimentos se produziram, e como uma parte da Assembleia também apontou outros comportamentos profundamente anormais e, até, inadmissíveis, estranha-se, naturalmente, que o Sr. Presidente não tenha feito referência a esses comportamentos, uma vez que eles tiveram a ver com a própria Assembleia da República.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Em segundo lugar, relativamente ao comportamento dos deputados da oposição — a questão foi também muito debatida na sessão da passada sexta-feira —, a única posição definida nesta Assembleia foi aquela que os partidos da oposição tornaram voz, isto é, que se tinha assistido a um acto de desafronta que legitimou o que se passou nesta Assembleia.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Mais, nessa altura foi salientado — sem réplica — que não tinham sido só os partidos da oposição a abandonar o Plenário da Assembleia; também o fizeram deputados do CDS, conforme salientou o Sr. Deputado César de Oliveira, que hoje não está presente.

Face a tudo isto, Sr. Presidente, não podemos deixar de estranhar e lamentar profundamente as suas palavras. Entretanto gostaríamos de saber da sua

parte se esta versão, que foi fixada e tem sido divulgada, é a que corresponde exactamente às palavras que produziu e se elas correspondem ao seu pensamento.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Carlos Brito, Srs. Deputados: As declarações que produzi aos jornalistas à saída do Palácio de Belém foram feitas de improviso, sem texto que me guiasse e que possa aferir exactamente as expressões usadas. Em todo o caso, penso que disse qualquer coisa no sentido daquilo que o Sr. Deputado citou, ou seja, pessoalmente não considero comportamento normal, repito, não considero comportamento normal dos resultados o abandono massivo do hemiciclo. Não penso que isso seja contestável, pode — admito-o, e se for o caso penitencio-me — ferir alguma susceptibilidade. No entanto, penso que não haverá nenhum deputado, em nenhum parlamento do mundo, designadamente neste, que considere como comportamento normal, habitual, de regra, o facto de os deputados sairem em bloco da Sala das Sessões antes de encerrados os respectivos trabalhos.

É este o sentido das minhas palavras, repito que lastimo ter ferido alguma susceptibilidade — não foi essa a minha intenção —, mas aquilo que disse assumo-o serenamente e penso que não contém nada de contestável.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, se me permitisse continuaria a interpelação para insistir num ponto que já há pouco abordei.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Naturalmente que os deputados da oposição não têm por situação normal e por comportamento normal o abandono de uma sessão do Plenário da Assembleia da República e assim é que eu ainda há pouco lhe chamava um acto de desafronta.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Isto quer dizer que foi um acto excepcional, que se assume num momento de especial gravidade.

Agora, referir o anormal comportamento dos deputados sem referir a anormal situação em que esse comportamento se verificou e a anormalidade que levou os deputados da oposição a protestar dessa maneira é dar uma versão mutilada da verdade, daquilo que ocorreu na Assembleia da República. Facto que pode ser interpretado pela opinião pública como uma reprovação que o Sr. Presidente faz de uma parte da Assembleia.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Não pensa o Sr. Presidente que o protesto da nossa parte é legítimo e que a susceptibilidade que referiu é mais do que admissível?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Começámos por dizer que tínhamos tido notícias das suas palavras com surpresa e com mágoa — esse é o nosso primeiro sentimento — mas, Sr. Presidente, como houve, de facto, uma distorção da verdade — admitimos que tenha sido involuntária da sua parte — nós temos de juntar ao que já dissemos um protesto muito enérgico e, sobretudo, um apelo para que situações semelhantes não se voltem a repetir ...

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — ... e para que o Presidente da Assembleia da República, quando falar em público, seja o Presidente de toda a Assembleia da República e não de uma parte da Assembleia da República contra outra parte da Assembleia da República.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, não desejo, naturalmente, furtar-me a responder às interpelações de V. Ex.^a ou de qualquer deputado.

Em todo o caso, temos de programar os nossos trabalhos para hoje e, por isso, desejaria que este incidente fosse superado.

Queria apenas sublinhar que das minhas palavras, e salvo situações de susceptibilidade que comprehendo, dificilmente se inferem juízos de valoração acerca das atitudes tomadas por qualquer grupo parlamentar, que não me competiria a mim fazê-lo, e estou convencido de que nessas circunstâncias me exporia muito, não desejaria fazê-lo e está contra as minhas normas de conduta — a ser acusado de intérprete infiel dos sentimentos ou das atitudes de qualquer grupo parlamentar.

Repto que registo o protesto do Sr. Deputado Carlos Brito, que presumo fala em nome do seu grupo parlamentar, de que é presidente, e que em termos serenos e objectivos não vejo uma diferença tão profunda entre a sua concepção e a minha, quando me referi a que efectivamente não o considero como comportamento normal — acrescentando agora que não me compete nem me competiria a mim estar a ajuizar ou a fazer-me intérprete das motivações que levaram qualquer deputado a tomar essa atitude.

Desejaria sim, permitir-me-ão que o diga, adentro de uma interpretação que é minha, mas que penso que não será só minha, da dignidade do funcionamento desta Assembleia, que situações deste género, por maior ou menor susceptibilidade que venham a acarretar os debates possam, repito, possam não se repetir.

Também a este propósito pediu a palavra o Sr. Deputado Salgado Zenha, a quem a dou neste momento.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Desde o momento em que o Sr. Presidente se referiu ao Partido Socialista, porque abrangeu genericamente todos os partidos da oposição, queria só esclarecer o Sr. Presidente e a Assembleia — e este incidente não foi suscitado por nós —, pois não seria muito canónico que não nos explicássemos sobre o que pensamos a este respeito.

O Sr. Presidente sabe que temos por si, como pessoa, o maior respeito e a maior consideração. Creio que nas nossas relações pessoais dentro do Parla-

mento sempre temos procedido de harmonia com esse nosso pensamento. Sabe também o Sr. Presidente que procuramos prestigiar ao máximo a função que V. Ex.^a desempenha e creio que se não pode queixar de que temos contribuído para que essas funções não sejam rodeadas daquele prestígio e daquele respeito que é inerente à função que V. Ex.^a encarna. Isto apesar de pertencermos a partidos diversos e que politicamente se encontram neste momento numa posição adversa.

No entanto, V. Ex.^a não pode estranhar que nem sempre os seus comportamentos, as suas atitudes, as suas decisões, sejam insusceptíveis de crítica da nossa parte.

Portanto, deveremos dizer que as declarações que o Sr. Presidente fez, nas circunstâncias aqui referidas, não provocaram em nós nenhuma susceptibilidade. Não foram ofensivas, não foram injuriosas, não lesaram a nossa honra e a nossa consideração, mas, em meu entender, o Sr. Presidente abusou nitidamente das suas funções como Presidente da Assembleia da República. E deverá escutar esta nossa observação, também sem nenhuma susceptibilidade, dentro de um espírito democrático que deve presidir às nossas relações.

O Sr. Presidente exprimiu um ponto de vista partidário, ou seja o ponto de vista de uma determinada bancada deste Parlamento, que é a Aliança Democrática, considerando os vários partidos que a compõem. Pensamos que o Presidente da Assembleia da República se deveria situar num plano mais elevado e, portanto, deveria tomar em consideração que é o Presidente de todos os deputados e não apenas o Presidente da coligação governamental a que neste momento está ligado.

Deveremos também dizer que a nossa posição foi inteiramente justificada. Isto porque havia um partido que apresentou uma moção de censura e que a retirou. Ora, desde o momento em que essa moção de censura foi retirada não haveria nenhuma razão para continuarmos aqui no hemicírculo. Se houve algum comportamento anormal ou anómalo, esse foi o do Sr. Primeiro-Ministro que se recusou a vir à Assembleia da República responder à moção de censura que foi apresentada.

Aplausos do PS, do PCP e da UEDS.

Embora esse problema tenha sido analisado no dia em que aqui foi discutido em termos regimentais e legais, o problema pode e deve colocar-se num plano de filosofia política um pouco mais elevada.

O actual governo é um governo que está sujeito a um regime de dupla responsabilidade. É responsável perante o Presidente da República e perante o Parlamento. A responsabilidade perante o Presidente da República é efectivada todas as semanas, pois lemos pelos jornais que o Primeiro-Ministro ou Vice-Primeiro-Ministro se deslocam a Belém para prestarem conta dos seus actos.

No entanto, o Primeiro-Ministro praticamente nunca vem à Assembleia da República. Veio cá quando o Partido Socialista deduziu uma interpelação e uma moção de censura, como se fosse uma concessão especial ao Partido Socialista, em consequência de qualquer consideração afectiva especial que o Sr. Pri-

meiro-Ministro tem pelo Partido Socialista — pensamos até que não precisamos de nenhuma consideração de tipo afectivo especial nem nenhum privilégio.

Entendemos que o Sr. Primeiro-Ministro e a Aliança Democrática têm denegado, sistematicamente, o princípio constitucional da sua responsabilidade perante a Assembleia da República. Não responde às perguntas que os deputados lhe fazem, pois a estatística é esmagadora no sentido de que são muitas mais as omissões do que as respostas às perguntas que são efectuadas, e quando há um mecanismo de tipo parlamentar que obriga o Sr. Primeiro-Ministro a vir aqui à Assembleia, o Sr. Primeiro-Ministro permite-se fazer considerações sobre se deve ou não deve vir, como se a sua vinda cá fosse um favor e não uma sua obrigação.

Naturalmente que até supomos que a Aliança Democrática pretende que na revisão constitucional seja eliminada a responsabilidade política do Governo perante o Presidente da República. Ora se essa responsabilidade política for eliminada, então é que veremos que teremos um governo da Aliança Democrática, enquanto ela governar, inteiramente irresponsável. Perante o Parlamento ele não responde; se deixar de responder perante o Presidente da República, então teremos um governo irresponsável. Aliás o governo actual é o símbolo mesmo da irresponsabilidade.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Portanto, não estamos de acordo com essa ligeireza e com essa falta de espírito democrático do governo actual em se recusar às obrigações que decorrem da sua responsabilidade política perante a Assembleia da República.

O Presidente do Governo Regional da Madeira já assim se tinha comportado perante uma moção de censura na respectiva assembleia regional e lemos, com estupefacção, que esse procedimento foi considerado normal pelos deputados regionais do PSD, tendo nós ficado com a impressão de que o CDS tinha criticado esse comportamento do Sr. Presidente do Governo Regional da Madeira. Verificamos agora que o CDS também aprova o comportamento, digamos, do Dr. Alberto João Jardim de Lisboa, quando tinha criticado o procedimento do Dr. Alberto João Jardim da ilha da Madeira. Não compreendemos, de facto, esta dualidade.

O Parlamento é o Parlamento, os deputados são todos iguais, e desde o momento que a Constituição, em cumprimento do princípio da responsabilidade política do Governo perante a Assembleia da República, impõe ao Primeiro-Ministro algumas obrigações, o Sr. Primeiro-Ministro não pode cumprir ou não essas obrigações ao sabor dos seus caprichos ou ao sabor dos seus juízes de valoração, em relação aos partidos que exercem esses direitos. Tem de responder em estilo democrático e não foi democraticamente que o Sr. Primeiro-Ministro respondeu.

Tenho a certeza que o Sr. Presidente da Assembleia da República, mesmo que divirja do ponto de vista que aqui é expresso, há-de concordar que o nosso ponto de vista é democraticamente fundado e que tomar atitudes em conformidade com esta nossa opi-

nião deve ser respeitado pelos partidos governamentais e pelo Sr. Presidente da Assembleia da República.

Aplausos do PS, do PCP, da UEDS e da UDP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, desejaria sanar este inciso no decurso dos nossos trabalhos. Aliás, há muitos deputados inscritos sobre outras matérias e o tempo do período de antes da ordem do dia está largamente ultrapassado.

Em relação à interpelação do Sr. Deputado Salgado Zenha, desejaria dizer mais alguma coisa.

Primeiro, que toda a parte, aliás relativamente extensa, com que encerrou as suas considerações, dizendo respeito ao comportamento do Governo na Nação e por maioria da razão ainda, se é caso para o dizer, ao Governo Regional da Madeira, é o fundamento da sua interpelação e não me compete, de maneira nenhuma, responder a eles.

Em segundo lugar, registo igualmente a sua crítica. Sei que estou exposto a dificuldades e à necessidade de as resolver. Procuro e procurarei resolvê-las em posições que considero dignas em função deste órgão de soberania e das minhas responsabilidades pessoais. No dia em que não me considerar em condições de o fazer, pois o problema é extremamente simples de resolver.

Finalmente desejaria apenas acrescentar, em relação à interpelação do Sr. Deputado Salgado Zenha, os meus agradecimentos pelo bom relacionamento que temos sempre, felizmente, mantido, não só com o grupo parlamentar do Sr. Deputado como com qualquer dos outros grupos parlamentares.

Penso que se tem verificado que apenas há um passo muito breve da sua interpelação com o qual me não permito estar completamente de acordo, em relação, repito, ao incidente em si. É que, efectivamente, quando o Partido Comunista declarou que retirava a sua moção de censura, pretendi encerrar a sessão justamente porque entendia, e afirmei-o, que estava esgotada a matéria da ordem de trabalhos.

Os partidos não entenderam assim, a começar pelo Partido Comunista e pelo Partido Socialista, houve depois lugar a várias intervenções, como que se fossem declarações de voto sobre uma matéria que não se estava a votar. No decurso dessas declarações é que surgiram esses incidentes.

Portanto, nesse ponto, parece que afinal não estamos, também, tão longe do acordo. Talvez que a melhor solução tivesse sido efectivamente a de encerrar a sessão nessa altura.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Ou antes!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, consideraria, assumindo enfim as minhas responsabilidades, que estas interpelações de que fui alvo estão respondidas e agora penso que deveríamos programar os trabalhos para a sequência da sessão de hoje.

Está largamente ultrapassado o período de antes da ordem do dia, havendo ainda 3 inscrições para declarações políticas. Penso que, dentro do que é habitual e do que tem sido norma desta Casa, a Mesa daria a palavra aos Srs. Deputados inscritos para produzir declarações políticas e os pedidos de esclarecimento ou protestos, quer em relação às anteriores, quer a essas, ficariam agendados para um dos próximos dias.

Está na Mesa um requerimento do Partido Comunista pedindo o prolongamento do período de antes da ordem do dia nos termos regimentais, que no fim das declarações políticas votariamos.

Entretanto, e agora, pedia uma atenção especial dos Srs. Deputados. Temos na agenda da ordem do dia de hoje as eleições para a Comissão de Apreciação dos Actos do MACP ...

O Sr. Jaime Ramos (PSD): — Sr. Presidente, queria interpelar a Mesa.

O Sr. Rocha de Almeida (PSD): — Sr. Presidente, também desejava interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Um momento, Srs. Deputados.

Como estava a dizer, estão na agenda as eleições para a Comissão de Apreciação dos Actos do MACP e de um representante para o CNAEBA.

Perguntava aos Srs. Deputados se, dado o adiantado da hora e dado haver um acordo no sentido de que a sessão de hoje termine às 18 horas e 30 minutos, embora não sendo estritamente regimental, poderia ser considerada a hipótese de que as eleições se fossem procedendo mesmo no decurso do período de antes da ordem do dia, para o que se abririam as urnas, porque senão muito difficilmente os escrutinadores terão possibilidade de apurar os resultados.

Se não houver inconveniente, por parte de qualquer deputado, procederíamos assim.

Pausa.

Como não há, informaria a Câmara quando os serviços estivessem em condições de abrir as eleições.

Serão escrutinadores os Srs. Vice-Secretários Valdemar Alves e Guilherme Santos. Como este último Sr. Deputado não está presente, seria o Sr. Deputado Luís Cacito. Pedia assim a estes 2 Srs. Deputados que, desde já, verificassem se estão em condições de ser iniciados os trabalhos para estas eleições.

O Sr. Deputado Jaime Ramos está há muito tempo a pedir a palavra. Ora eu pedia o favor de me dizer para que efeito é.

O Sr. Jaime Ramos (PSD): — Sr. Presidente, é para um protesto em relação à intervenção do Sr. Deputado Salgado Zenha.

O Sr. Presidente: — Ficará inscrito para a próxima sessão.

O Sr. Jaime Ramos (PSD): — Sr. Presidente, peço desculpa, mas penso que não pode ficar.

Compreendo a parcialidade do Sr. Presidente em favorecer a acusação à defesa, uma vez que o Sr. Presidente está em jogo, mas não gostaria de protestar ...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, dá-me licença, mas penso que é de certo modo grato ser acusado de parcialidade pelos 2 lados, digamos, da contenda, na medida em que isso talvez tenha algum significado.

Agora o que pediria aos Srs. Deputados, pois se alguém foi alvo destas interpelações fui eu próprio, para a boa ordem dos trabalhos desta sessão, para a dignidade dos trabalhos da nossa Assembleia e até, se me dão licença, para não abrir, se é possível,

aqui uma polémica acerca do Presidente da Assembleia, que não se sente assim tão em causa como isso, apesar das críticas — e críticas veementes de que foi alvo —, é que encerrámos este incidente e que seguíssemos a ordem normal dos trabalhos.

O Sr. Rocha de Almeida (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Jaime Ramos (PSD): — Sr. Presidente, pedindo desculpa em responder ...

O Sr. Presidente: — Além disso, Sr. Deputado Jaime Ramos, está outro deputado do seu partido, também muito inquieto, lá para a bancada de trás, a pedir a palavra. Aos 2 é que não posso, de maneira nenhuma, ouvir ao mesmo tempo.

O Sr. Jaime Ramos (PSD): — Sr. Presidente, se me permitisse e correspondendo em parte ao seu apelo, seria extremamente breve.

Há uma acusação formulada pelo Sr. Deputado Salgado Zenha, entre muitas outras, a que queria responder e para corresponder ao apelo do Sr. Presidente não me alargaria muito.

Mas acho inadmissível que um deputado da oposição, sem qualquer tipo de argumentação, considerasse irresponsável este governo. Havia todas as razões para que o Sr. Primeiro-Ministro, se quisesse, não aparecesse aqui na discussão da moção de censura, tinha todo o direito ...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, desculpe, mas não pode intervir ...

O Orador: — Sr. Presidente, a oposição teve o tempo que quis para se pronunciar sobre esta matéria e eu vou ser breve.

O Sr. Presidente: — Desculpe, Sr. Deputado, mas vou situar a questão.

O que aconteceu foi que o Presidente, por via de interpelações, foi alvo de críticas de 2 presidentes de grupos parlamentares da oposição. Penso eu que está completamente deslocada — e, por isso, quando o Sr. Deputado Salgado Zenha fez uma alusão a isso, eu interpretei-a simplesmente como fundamento para a interpelação que me dirigia a mim pessoalmente — a alusão ao comportamento do Governo, e está completamente fora dos nossos trabalhos voltar à apreciação da legitimidade ou ilegitimidade de determinados comportamentos do Governo.

O Sr. Jaime Ramos (PSD): — Sr. Presidente, certamente compreenderá que um deputado da maioria que suporta o Governo não pode permitir que um deputado chame irresponsável a esse governo e que, ainda por cima, fique calado, sem se demitir das suas funções.

Sr. Presidente, quanto mais não seja usando o direito de defesa indirectamente, porque o Governo é responsável, peço para ter o direito de o defender, já que não tenho outra figura.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Penso que já o exerceu, Sr. Deputado.

O Sr. Jaime Ramos (PSD): — Não o fiz ainda, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Bom, vamos então ver se é possível que por parte do PSD haja só um protesto.

O Sr. Rocha de Almeida (PSD): — Eu queria interpelar a Mesa, Sr. Presidente. Estou já há bastante tempo a pedi-lo.

O Sr. Presidente: — O seu colega Jaime Ramos, da mesma bancada ...

O Sr. Rocha de Almeida (PSD): — Sr. Presidente, tenho o direito de interpelar a Mesa quando entendo que os trabalhos não estão em conformidade.

Sei que o meu colega e vice-presidente do grupo parlamentar pediu a palavra, sei que os Srs. Deputados Carlos Brito e Salgado Zenha o fizeram, seguidamente fui eu e a palavra não me foi dada para esse efeito.

O Sr. Presidente: — Porque estava a ser dada ao Sr. Deputado Jaime Ramos.

O Sr. Rocha de Almeida (PSD): — A verdade é que há uma ordem de inscrições e eu estava inscrito, os Srs. Secretários podem-no confirmar.

Assim, começo a interpelação precisamente por isto; se não verificaram a minha inscrição.

O Sr. Presidente: — Segundo a informação dos Srs. Secretários, parece que é verdade que o Sr. Deputado Rocha de Almeida estaria inscrito antes de o Sr. Deputado Jaime Ramos.

Pergunto ao Sr. Deputado Jaime Ramos se vê inconveniente, uma vez que se trata de uma interpelação à Mesa, que o Sr. Deputado Rocha de Almeida intervenha primeiro.

O Sr. Jaime Ramos (PSD): — Com certeza, Sr. Presidente, que permito que a Mesa possa ser interpellada.

O Sr. Presidente: — Então tem a palavra, para interpelar a Mesa, o Sr. Deputado Rocha de Almeida.

O Sr. Rocha de Almeida (PSD): — Sr. Presidente, antes de mais nada, pedia a V. Ex.^a desculpa por lhe dizer que o conflito que existia não era com o meu colega de bancada, Jaime Ramos, mas sim pelo facto de eu ter o direito de interpelar a Mesa e que não tem que ver com o pedido de palavra dele.

Passaria agora a referir a interpelação que queria fazer.

Veio o Sr. Deputado do Partido Comunista Manuel Lopes fazer aqui uma intervenção que entendeu ser...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, peço desculpa, mas, se é em relação à intervenção do Sr. Deputado Manuel Lopes, os protestos e pedidos de esclarecimento ficam para a próxima sessão, uma vez que já ultrapassámos o limite do período de antes da ordem do dia. Foi isso que acabámos de acordar e pedia a sua atenção para esse efeito.

O Orador: — Sr. Presidente, não tenho dúvidas de que isso seja verdade. Simplesmente, quando o Sr. Deputado Manuel Lopes acabou de falar, inscrevi-me e não me foi dada a palavra.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, vamos lá ver esta situação.

Quando o Sr. Deputado Manuel Lopes acabou de responder às questões que lhe tinham sido feitas, já tínhamos ultrapassado em mais de 5 minutos o limite do período de antes da ordem do dia.

De acordo com as regras habituais, há vários pedidos de palavra ...

O Orador: — Sr. Presidente, não considere o meu pedido de palavra porque dentro da minha interpelação à Mesa vou pedir que seja retirada a minha inscrição. Simplesmente, não poderei dizer à Mesa qual o escopo da minha interpelação não situando o mesmo, porque é impossível fazer uma pergunta não a situando.

O Sr. Presidente: — Então agradecia que se situasse rapidamente.

O Orador: — Exacto. Estava a dizer, e muito rapidamente, que o Sr. Deputado Manuel Lopes do Partido Comunista fez aqui uma intervenção política sobre a marcha contra o desemprego. Essa intervenção foi fruto, por parte da minha bancada, de 3 pedidos de esclarecimento a que o Sr. Deputado respondeu.

Ora, quando o fez, tentou assacar-me responsabilidades de afirmações contra os trabalhadores, confundindo marchantes de talho com marchantes de marcha. Como não podia permitir que das minhas palavras surgissem agravo ou afronta ou menos respeito aos trabalhadores, inscrevi-me.

Entretanto, e quando estava na perspectiva de que a palavra me ia ser dada, o Sr. Deputado Carlos Brito pediu a palavra para uma interpelação à Mesa, contrariamente a tudo o que estava a ser discutido, sem que da parte do Sr. Presidente tivesse sido informado de que todos os deputados que estivessem inscritos manteriam a sua inscrição e, portanto, o Sr. Deputado Carlos Brito aparece aqui como uma quarta coluna a tentar defender as afirmações do Sr. Deputado Manuel Lopes.

Assim, tem que ficar registado em acta que da minha parte me desarrisco, porque não vale a pena, já que o conteúdo e sentido da discussão se perdeu. Mas a verdade é que o Sr. Deputado Carlos Brito apareceu em autêntica manobra de dissusão, a tentar dar cobertura às afirmações do seu camarada de bancada.

Era isto que queria dizer e pergunto ao Sr. Presidente se não entende que eu e os meus colegas de bancada fomos prejudicados, por não podermos responder ou contraprotestar de imediato às afirmações falsas que o Sr. Deputado Manuel Lopes aqui profiriu, em resposta àquilo que tinha dito.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, vamos esclarecer a situação.

Efectivamente, a Mesa anotou os pedidos de palavra que a propósito das respostas do Sr. Deputado

Manuel Lopes e também de algumas das perguntas que lhe foram feitas se formularam.

Srs. Deputados, eu pediria que esquecêssemos este incidente e que seguíssemos a ordem normal dos trabalhos.

Por termos já ultrapassado o tempo destinado ao período de antes da ordem do dia, ficarão inscritos para a próxima sessão os Srs. Deputados Rogério de Brito, Manuel Moreira e Rocha de Almeida. Efectivamente, eu já deveria tê-lo dito, mas não o fiz, porque entretanto fui interpelado pelo Sr. Deputado Carlos Brito numa matéria em que os Srs. Deputados compreenderão que eu não podia deixar de lhe dar a palavra sobre o pretexto de ser francamente mal interpretado.

Em segundo lugar, achei que não devia deixar de lhe responder imediatamente uma vez que era pessoalmente visado, ou objecto da sua interpelação e da sua crítica.

Portanto, os Srs. Deputados ficam inscritos para a próxima sessão. Terão oportunidade de fazer os seus protestos e vamos então passar à declaração política seguinte.

O Sr. Manuel Lopes (PCP): — Sr. Presidente, foram aqui feitas afirmações de que eu proferi aqui nesta Assembleia ...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, peço-lhe muita desculpa, mas o que o Sr. Deputado Carlos Brito fez foi uma interpelação à Mesa, e penso que não devemos estar continuadamente a fazer interpelações à Mesa.

O Sr. Manuel Lopes (PCP): — Sr. Presidente, eu vou ser muito rápido.

Protestos do PSD.

Não temo qualquer pergunta do Sr. Deputado que acabou de falar, nem tão-pouco aceito ...

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado terá depois a palavra para responder aos protestos que entenderam dirigir-lhe.

O Sr. Carlos Brito (POP): — Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, a minha interpelação à Mesa é no sentido de apenas explicar que a interpelação que fiz ao Sr. Presidente da Assembleia da República só tinha sentido fazer-se logo que houvesse oportunidade para isso. O Sr. Presidente não estava presente no início dos trabalhos do Plenário, que era o momento que eu tinha escolhido para colocar as questões que coloquei. Assim, logo que o Sr. Presidente chegou à Mesa, eu fiz a minha interpelação com o objectivo que foi muito claro e que não merece outras interpretações senão aquelas que foram postas.

Vozes do PCP: — Muito bem!

Protestos do PSD.

O Sr. Jaime Ramos (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, peço a sua compreensão, senão não vamos acabar os nossos trabalhos e nestes termos isto torna-se um bocado complicado de dirigir. Portanto, peço-lhe que seja breve.

O Sr. Jaime Ramos (PSD): — Sr. Presidente, eu desejava protestar em relação a algumas afirmações proferidas pelo Sr. Deputado Salgado Zenha quando interpelava a Mesa. Antes disso, não posso deixar de protestar contra a atitude discriminatória do Sr. Presidente, que, após ter sofrido acusações de alguns sectores da oposição, se sentiu na necessidade de fazer alguma discriminação no interior da Assembleia da República.

Eu tinha pedido a palavra por várias vezes para interpelar e notei que com muito maior facilidade a Mesa concedeu, sempre que lhe foi solicitada, a palavra à oposição, ao contrário do que fez para os deputados da maioria.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Passando ao protesto das afirmações do Sr. Deputado Salgado Zenha, eu queria dizer que o Sr. Primeiro-Ministro tinha todo o direito de estar ou não presente na abertura da moção de censura. Tinha um direito legal e tinha um direito político de considerar a moção de censura repetitiva e, como tal, sem grande interesse político.

A maioria tinha há algumas semanas atrás, perante uma moção de censura totalmente idêntica e sem que houvesse factos novos, votado contra. Portanto, seria lógico que também iria votar contra esta moção de censura.

Não havia qualquer fundamento político por parte do PCP vir à Assembleia da República fazer na moção de censura, a não ser que o PCP, completamente derrotado na rua, ...

Uma voz do PCP: — Derrotados foram vocês.

O Orador: — ... sentisse a necessidade de no Parlamento tirar algum dividendo.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, eu agradecia-lhe que terminasse.

O Orador: — Vou ser muito sucinto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Não está a sério, Sr. Deputado.

O Orador: — Vou ser mais breve do que as intervenções da oposição.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, as intervenções da oposição foram dirigidas a mim. O Sr. Deputado está a querer debater a posição do Governo, o que, segundo penso, é diferente. Portanto, peço a sua atenção para este facto.

O Orador: — Não do Governo, Sr. Presidente, mas sim da maioria. O Governo e a maioria têm todo o direito de distinguir as oposições. Alguns deputados da oposição, principalmente do PCP, mas pelo que

vejo, também bastantes dentro do PS, querem que a oposição seja só uma. Nós, na nossa bancada, continuamos a acreditar que há claramente um sector com uma maior tendência para lutar politicamente dentro do Parlamento e outro para lutar na rua. Que há um com maior tendência para ter um comportamento antidemocrático e outro para ter um comportamento claramente democrático. Nós diferenciamos. É lógico que a maioria e o Governo não tratem da mesma maneira as moções de censura e as interpelações que vêm de um lado e de outro. É um direito político de quem distingue claramente os partidos que estão na base dessas interpelações.

Em relação à acusação de irresponsabilidade do Governo por parte do Sr. Deputado Salgado Zenha, aconselharia o Sr. Deputado a que não procurasse ver as trancas nos olhos dos outros e que visse os arguidos nos seus próprios.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Salgado Zenha.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Sr. Presidente, é apenas uma explicação ao Sr. Deputado Jaime Ramos sob a forma da figura do contraprotesto.

Eu não disse que o Governo ou que o Sr. Primeiro-Ministro eram irresponsáveis no sentido de que eles não gozavam daquelas qualidades que normalmente tornam uma pessoa responsável. Apenas disse que a responsabilidade política do Governo e do Primeiro-Ministro perante o Parlamento não era efectivada se porventura o Governo e o Sr. Primeiro-Ministro se permitiam distinguir, através de um capricho ou de um juízo de valor pessoal, quando é que deviam efectivar ou não essa responsabilidade. Portanto, assim, o Governo passava a ser responsável. Foi isso que eu disse, que mantendo e que é totalmente exacto.

Em qualquer parlamento europeu ou da Europa democrática, inclusive naqueles em que há monarquias constitucionais, o Primeiro-Ministro vai ao Parlamento todas as semanas para prestar contas dos seus actos. Aqui, o Sr. Primeiro-Ministro nunca vem à Assembleia da República pois está enfadado e manda normalmente o seu Secretário de Estado ou um dos membros do Governo e às vezes em que acaba por vir dá a impressão que faz um favor. Nós pensamos que esta maneira de se comportar não é democrática e denega na prática o mecanismo de responsabilidade política do Governo perante o Parlamento. Foi isso que eu disse e creio que é um juízo político.

Quanto às considerações que o Sr. Deputado Jaime Ramos fez à distinção entre os socialistas e os comunistas, devo dizer que sabemos aquilo que somos. Já ouvimos essa conversa muito antes do 25 de Abril, e até quando eu era interrogado pela PIDE eu ouvi esse estilo de conversa. Não é necessário reproduzir um estilo que consideramos já como enterrado. Sabemos quem somos e não precisamos que o Sr. Deputado Jaime Ramos nos diga quem somos e quem não somos. Isso é um problema próprio. Não é um problema que vos diga respeito.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito também para contraprotestar.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Serei muito breve. É só para que as palavras do Sr. Deputado Jaime

Ramos não fiquem a pairar como uma última versão dos acontecimentos.

Na verdade, o Sr. Deputado, que não foi capaz de intervir na passada quarta-feira e na passada sexta-feira, quando estas discussões foram objecto de uma análise aprofundada por parte da Assembleia da República, veio agora, à última hora, querer arvorar-se em defensor do ilegal comportamento do Sr. Primeiro-Ministro, atitude antidemocrática assumida pelo Governo em relação à Assembleia da República, mas, como é um péssimo advogado, o que acontece é que a incriminação do Governo ficou ainda mais aprofundada. Na verdade, tratou-se de uma acto ilegal, desrespeitoso e de afronta para com a Assembleia da República. Era isso o que o Sr. Deputado devia reconhecer, em vez de vir para aqui insistir nas discriminações antidemocráticas do governo do Sr. Dr. Pinto Balsemão e em vez de vir para aqui defender as atitudes atentatórias para com a Assembleia da República cometidas pelo governo da AD.

Vozes do PCP e da UDP: — Muito bem!

O Sr. Jaime Ramos (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, esse pedido não tem figura regimental. O Sr. Deputado já protestou, já houve contraprotestos e o senhor, como sabe, não pode ter a última palavra.

O Sr. Jaime Ramos (PSD): — Sr. Presidente, penso que está enganado. Eu protestei em relação às afirmações do Sr. Deputado Salgado Zenha e fui visado agora com a intervenção do Sr. Deputado Carlos Brito que não sei como é que tem direito a contraprotestar.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Carlos Brito tinha, a meu ver, direito a contraprotestar na medida em que o Sr. Deputado, no seu protesto, citou também, e várias vezes, o comportamento do Grupo Parlamentar do PCP.

O Sr. Jaime Ramos (PSD): — Estou certo de que o Sr. Deputado serve de pior testemunha, porque eu intervii neste assunto nas sessões que o Sr. Deputado Carlos Brito focou.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé para uma declaração política.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A visita a Portugal do Presidente da Jugoslávia, vestido com as roupagens do chamado «socialismo democrático e autogestionário», impõe-nos que aqui coloquemos sem ambiguidades a situação que hoje se vive na região autónoma de Kosova, integrada na República da Sérvia, da Jugoslávia.

Fez precisamente neste mês de Março um ano que os trágicos acontecimentos de Kosova tiveram lugar, no desenvolvimento das amplas movimentações populares reivindicando melhores condições de vida e de trabalho, direitos iguais aos dos outros povos da Jugoslávia e a outorga do estatuto de República no quadro da Federação Jugoslava.

As manifestações populares foram brutalmente reprimidas através de operações de grande envergadura, que puseram em acção milícias, exército, pára-quedistas, blindados, no quadro da declaração do estado de emergência, o que aconteceu pela primeira vez na Jugoslávia depois da 2.ª Guerra Mundial.

A região foi isolada do resto do país, em especial a sua capital, Pristina, e várias semanas depois da ocupação militar ainda o povo jugoslavo não tinha ouvido falar no assunto, dado que nem os jornalistas da confiança do partido estavam autorizados a nela penetrar.

A envergadura das operações repressivas demonstra, só por si, que não se tratava de acções de pequenos grupos contra-revolucionários e hostis ao socialismo autogestionário, como propalavam as atoardas da direcção jugoslava e seus apoiantes no estrangeiro.

O número de mortos e feridos foi naturalmente escamoteado, e as próprias autoridades jugoslavas apresentaram dados não coincidentes entre si, enquanto jornais alemães e austríacos citavam fontes testemunhais que referiam à volta de 1000 mortos.

A repressão massiva sucedeu-se a fase selectiva, tendo passado pelas prisões milhares de pessoas, enquanto centenas ainda continuam detidas.

O carácter arbitrário e fascizante da repressão é facilmente constatado se atendermos às pesadíssimas penas atribuídas como castigo de «crimes», tais como a participação em manifestações de protesto ou com base em acusações pouco claras de «actividades contra-revolucionárias»: 6 anos de prisão a um estudante de 18 anos por «escrever e cantar textos hostis»; 11 anos de prisão a outro estudante por ter arrancado um letreiro onde figurava o nome de Tito; 15 anos de prisão a outro estudante por ter escrito e lido um texto de protesto dirigido ao Governo; 11 anos de prisão a uma costureira por ter tomado parte numa manifestação; 15 anos de prisão a um polícia por se ter recusado a repririr o povo, etc., etc.

Ao mesmo tempo sucedem-se as depurações, os saneamentos, as expulsões de estudantes, professores e jornalistas, os despedimentos selectivos, etc.

De novo este mês de Março se sucederam as manifestações massivas, tendo sido noticiado que cerca de 15 000 efectivos policiais teriam sido enviados para Kosova, havendo jornais que referem 50 000.

É, pois, legítimo interrogarmo-nos sobre o que poderá vir a passar-se em Kosova e temermos que se prepare outro banho de sangue.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O facto de a população de Kosova ser albanesa tem servido para alimentar as insinuações, as calúnias e provocações lançadas contra a República Popular Socialista da Albânia, no sentido de que este país estaria na origem dos acontecimentos e na sua exploração, com a finalidade de levar por diante planos ditos nacionalistas e expansionistas.

A República Socialista da Albânia já deixou bem claro que não a movem quaisquer intenções que não a de se preocupar com a situação dos albaneses da Jugoslávia, como é seu dever e direito, como, aliás, fez o próprio Governo Jugoslavo em relação aos servos e croatas que se encontram na Áustria, por exemplo.

Além disso, ninguém mais que o Governo Albanês está interessado na estabilidade da região, nomeadamente na certabilidade da Jugoslávia.

Da mesma forma, a população kosovar é acusada de chauvinismo, nacionalismo, irredentismo e de pôr em perigo a unidade da Jugoslávia, a estabilidade dos Balcãs e até mesmo a paz mundial.

Mas as verdadeiras causas das movimentações populares em Kosova, o seu conteúdo e as reivindicações apresentadas não podem ser mascarados pela fraseologia falaciosa e enganadora das autoridades jugoslavas e dos seus arautos nos vários países, nomeadamente em Portugal.

Efectivamente, os acontecimentos de Kosova têm por base os factores económicos, o grande atraso da região, a pobreza e a miséria da sua população, o facto de ser privada de direitos políticos e liberdades democráticas. As manifestações de protesto são a explosão de uma situação intolerável que dura há dezenas de anos.

São os próprios dados e números publicados pelas autoridades jugoslavas que demonstram a afrontosa desigualdade entre a região de Kosova e as repúblicas federadas, são os discursos dos dirigentes jugoslavos que denunciam os falhanços dos planos «destinados a reduzir as diferenças».

O rendimento nacional por habitante é em Kosova 6 vezes inferior ao da Eslovénia, 5 vezes ao da Croácia e 3,5 ao da Sérvia. O crescimento da produção industrial foi 4 a 5 vezes inferior ao da Sérvia (república em que está integrada). O nível de desemprego é 20 vezes mais elevado que na Eslovénia e 2,5 vezes mais que na Sérvia. Desde 1947, meio milhão de albaneses foram forçados a emigrar, em especial para a Turquia.

A taxa de crescimento apontada para Kosova, 60 % superior à do resto do país, com a finalidade de reduzir as diferenças, não foi atingida, tendo, ao invés, sido 46,9 % inferior à média do país, como foi constatado em Dezembro de 1980 por um alto dirigente jugoslavo, continuando a tendência para o alargamento do fosso existente.

No entanto, Kosova é uma das regiões mais ricas da Jugoslávia, quer em solo agrícola, quer em recursos minerais. Só as reservas já descobertas de chumbo e zinco representam mais de 52 % das reservas nacionais da Jugoslávia, enquanto as reservas de níquel são 100 %.

Claro que os recursos são explorados, desde o carvão ao crómio, ao magnésio, ao trigo e ao gado de raça.

«Porquê, então, não avança Kosova?», perguntam os estudantes e os trabalhadores, obtendo como resposta os espancamientos, a prisão e as balas.

Os 2 milhões de albaneses de Kosova reivindicam o direito de constituírem uma república integrada na Federação, como passo fundamental para acabarem com a situação de desigualdade e opressão a que se vêem constrangidos.

A esta justa pretensão responde a direcção jugoslava com a calúnia, a repressão e o envenenamento da opinião pública, provocando o acirramento de posições chauvinistas dos Sérvios, que de há muito actuam como autêntica potência colonial.

O Governo Jugoslavo esquece que os albaneses constituem, em número, a terceira nação da Jugos-

lavia e nega-lhes os direitos que diz defender para os povos africanos.

Só não responde à questão de se saber por que se vão desenvolvendo as outras nações da Jugoslávia e Kosova não? Por que razão, sendo Kosova potencialmente das regiões mais ricas, é efectivamente a mais pobre?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A argumentação para justificar as políticas antipopulares, reaccionárias e repressivas é sempre a mesma, e nós conhecemos-la: «são minorias subversivas ou contra-revolucionárias, apoiadas e acirradas do exterior, que desestabilizam a harmonia reinante».

Assim será no nosso país durante o fascismo e a guerra colonial; assim no que se refere à contestação que por todo o País se levanta contra o governo AD; assim também na Polónia, em que se impõe o estado de sítio para reprimir a classe operária e os trabalhadores em geral.

Se a população de Kosova, ao reivindicar melhores condições de vida, liberdade, direitos políticos e dignidade de república — conferida a todas as outras nacionalidades —, põe em causa o sistema jugoslavo, é porque ele não comporta a satisfação de tais reivindicações e não porque elas não sejam justas.

O mal é do sistema, não do povo. É o sistema jugoslavo, dito «autogestionário», que nada tem de socialista e, portanto, é incapaz de resolver seriamente o problema das nacionalidades, actuando sistematicamente numa base de pragmatismo e dando saída às pretensões chauvinistas desta ou daquela nacionalidade dominante, jogando com elas para sustentar um falso equilíbrio que facilmente se rompe.

Da mesma forma que a anexação de Kosova pela Sérvia foi feita sem dar ouvidos à opinião do povo kosovar, também os grã-sérvios e o Governo Federal pretendem usar todos os meios para sofocar a legítima revolta popular contra a iniquidade e a injustiça.

Mas também da mesma forma que os Kosovares em 1968 alcançaram, enfrentando mais uma vez a repressão, o estatuto de região autónoma, que nem esse lhes havia sido conferido, hoje, pela sua luta firme e determinada, alcançarão a outorga do estatuto de república federada. Só assim os seus direitos económicos, sociais, políticos e culturais poderão ser salvaguardados.

É esse o único caminho que salvaguardará a união e a estabilidade da República Federativa da Jugoslávia, contribuirá para preservar a estabilidade nos Balcãs e para servir a causa da paz.

Enquanto não forem satisfeitas as legítimas aspirações dos Kosovares, enquanto a repressão e a calúnia forem as respostas engatilhadas pelo Governo Jugoslavo, os representantes deste, na nossa opinião, não devem ser bem-vindos ao nosso país.

Por essa razão de princípio e de solidariedade para com o povo albanês, para com o povo kosovar e para com todos os povos da Jugoslávia, a UDP não estará representada na sessão de boas-vindas ao Presidente Jugoslavo levada a efeito pela AR.

Disse.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Sr. Presidente, o assunto que o Sr. Deputado Mário Tomé referiu é político e eu desejo fazer um protesto, apenas para marcar a nossa posição perante uma declaração política que eu considero perfeitamente inadmissível. Portanto, seria pouco consentâneo com os nossos sentimentos democráticos que deixássemos passar este discurso de hostilidade contra a República Socialista da Jugoslávia sem uma palavra de protesto. Se o Sr. Presidente entende que não posso usar da palavra, eu acato a sua decisão.

O Sr. Presidente: — Não, Sr. Deputado, o que acontece é que, naturalmente, terei de dar também a palavra a outros Srs. Deputados. No entanto, faça favor.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Sr. Presidente, nós consideramos como inteiramente respeitáveis os sentimentos pró-albaneses que o Sr. Deputado Mário Tomé possa ter.

O que consideramos inadmissível é que, efectivamente amanhã uma visita de cortesia e de amizade do Sr. Presidente da República Socialista Jugoslava, o Sr. Deputado Mário Tomé tenha desferido aqui um verdadeiro libelo contra a República Socialista da Jugoslávia, a propósito de um diferendo que existe entre esta e a República da Albânia.

Lamentamos que não existam neste momento relações diplomáticas entre a Jugoslávia e a Albânia e fazemos um apelo para que o Governo Português estabelecesse ou tome a iniciativa de estabelecer essas relações diplomáticas, mas cremos excessivo que o Sr. Deputado Mário Tomé assuma a figura de embaixador oficial da Albânia aqui neste hemicílico.

A Sr.ª Natália Correia (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Naturalmente que nós temos pela Jugoslávia uma alta consideração e respeito. Ora, porque somos um pouco mais velhos do que o Sr. Deputado Mário Tomé, lembramo-nos das palavras de elogio e de admiração que o Primeiro-Ministro Churchill, em plena Câmara dos Comuns, dirigiu ao Marechal Tito e ao exército de libertação da Jugoslávia, pela sua actuação de resistência contra a ocupação nazi e pela libertação da Europa.

Applausos do PS, da ASDI e de alguns Srs. Deputados do PCP.

Depois disso, a evolução política da Europa seguiu um certo rumo, marcado em grande parte pelos acordos entre as grandes potências. Nós não somos pró-jugoslavos nem somos pró-albaneses, somos pró-portugueses, mas consideramos que a Jugoslávia tem desempenhado um papel positivo na política de relações internacionais, e sobre a sua vida interna não nos cumpre a nós estar aqui a fazer apreciações na véspera de uma visita de amizade que o Presidente da Jugoslávia faz à Portugal.

Portanto, considerámos inteiramente inadmissível, despropositada e até contrária às normas da praxe

democrática a intervenção que o Sr. Deputado Mário Tomé acabou de fazer.

Applausos do PS e da ASDI.

O Sr. Presidente: — Para contraprotestar, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Salgado Zenha: Eu não me instituí embaixador da Albânia. Aliás, referi a Albânia numa linha da minha intervenção, na medida em que a Albânia tem sido alvo de provocações por parte do Governo Jugoslavo, particularmente o que se passa em Kosova. Eu defendi o direito daquele povo de Kosova, que na sua grande maioria é albanês, no sentido de Kosova ser uma república como as outras que integram a Jugoslávia. Lamento que o Sr. Deputado Salgado Zenha ponha esta questão fundamental que é a dignidade de um povo como uma questão de diferendo entre a Jugoslávia e a Albânia.

Aquilo que eu disse não pode ser posto em dúvida. A atitude repressiva do povo jugoslavo contra o povo kosovar é do conhecimento público e não pode ser contestada. Foi isso o que eu aqui ataquei veementemente, e continuarei a fazê-lo porque não é aquilo que se considera a República Jugoslava que nos deve impressionar, mas sim aquilo que ela efectivamente faz.

Quanto à acção patriótica do Marechal Tito contra os nazis, ninguém a nega, e também seria bom lembrar o papel que os albaneses de Kosova tiveram na luta contra os nazis, ao apoiarem a luta do povo jugoslavo dentro da própria Jugoslávia. Lembremos também que o Marechal Tito, de acordo com os princípios revolucionários que então o informavam, disse que a população de Kosova deveria ter autonomia e autodeterminação, facto que deve ser reconhecido por todos os povos do Mundo.

É esta a questão que se põe, Sr. Deputado Salgado Zenha. Não a podemos escamotear, nem devemos, por amizade a um determinado país, esquecer as questões fundamentais para um povo como o kosovar ou outros do Mundo, principalmente tratando-se da Jugoslávia, que se atribui a si própria o papel de grande lutadora pela autodeterminação dos povos de todo o Mundo.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, gostaria de salientar que todas as formalidades regimentais previstas para a realização da sessão solene de recepção ao Sr. Presidente da República Federativa Socialista da Jugoslávia foram cumpridas, não tendo havido objecção por parte de qualquer grupo parlamentar. Portanto, para além da declaração que o Sr. Deputado Mário Tomé entendeu fazer, não haverá qualquer alteração ao programa previsto.

Pela minha parte, tenciono estar presente em todos os actos oficiais da visita do Sr. Presidente para os quais for convidado, excepto o da sua saída, na próxima sexta-feira, no qual serei substituído por um dos Srs. Vice-Presidentes, uma vez que se realiza aqui, simultaneamente, a comemoração, no período de antes da ordem do dia, do aniversário da promulgação da Constituição, acto a que entendo dever estar presente.

Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel dos Santos.

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Encontra-se o País desperto e mobilizado para a discussão da crise económica.

Não admirará, portanto, que, apesar da sucessão de debates na Assembleia da República, aqui voltemos para discutir a política económica da Alaça Democrática.

A sucessão dos debates representa, aliás, duas realidades distintas: a primeira é a de que o Governo, devendo esclarecer o Parlamento, e através dele o País, sobre as suas políticas e opções, não soube, não pôde ou não quis responder à interpelação com a afirmação e à censura com uma vontade de governar clara e inequivocamente assumida. A segunda é a de que, devendo ser o Parlamento o espelho do estado de espírito da Nação, não podendo a Assembleia ter as janelas fechadas para o mundo exterior, os sucessivos debates mais não são que a concretização, no plano parlamentar e no estrito cumprimento das regras democráticas, do repúdio que a esmagadora maioria da população portuguesa faz do governo da chamada «mudança», que é, afinal, o governo da mentira e do desespero nacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não há pior cego do que aquele que não quer ver.

Não há maior ignorante do que aquele que não deseja compreender.

Para os que não vêem e não compreendem, passemos a responder, mais uma vez, à seguinte questão: por que criticamos e censuramos, afinal, o governo da AD?

A AD não «atacou» nenhuma das quatro prioridades escolhidas para orientar a sua política.

Dir-se-á, o que é verdade, que se trata de objectivos a prosseguir na legislatura, e o tempo decorrido, um quarto do tempo em que, na melhor das hipóteses, o Governo permanecerá no poder, é insuficiente para que se faça um juízo definitivo.

Mas não foi o Sr. Primeiro-Ministro que aqui mesmo nos afirmou que «recuperar e desenvolver a nossa economia é tarefa imprescindível em Portugal neste ano de 1981»?

E não é esta política (a política do VIII Governo Constitucional e do correspondente anteprojecto do VII Governo) a herdeira da chamada política de mudança encetada em 1980?

Onde está em 1981 a recuperação e o desenvolvimento da economia portuguesa que nos prometeu o Sr. Primeiro-Ministro?

Apontando os resultados conhecidos para 2,6 mil milhões de dólares de défice externo, uma taxa de crescimento do produto praticamente insignificante (1 %), uma inflação instantânea não inferior a 25 %, um aumento continuado do desemprego (onde estão os novos 80 000 postos de trabalho?), uma evolução negativa em volume das exportações (- 1,5 %, presume-se), poderá legítima e honestamente sustentar-se que a recuperação e o desenvolvimento da economia portuguesa foram sequer tentados pelo actual governo constitucional?

Certo, todos conhecemos os condicionamentos do funcionamento, em 1981, da economia portuguesa (o dólar e as taxas de juro internacionais que aumen-

taram, o comércio internacional que diminuiu ou estagnou, a chuva que não veio).

Só que, e como já foi demonstrado, o efeito acumulado daqueles condicionamentos não justifica a degradação verificada em 1981 na economia portuguesa; não justifica a imprevidência e a imprecisão das previsões económicas (recusamos aceitar que o Governo queira dar razão aos detractores da ciência económica quando afirmam que as previsões económicas, como as previsões meteorológicas, são válidas apenas para 6 horas); não justifica, sobretudo, a ausência de políticas adequadas à resolução dos problemas estruturais, acompanhada da ausência de projectos concretos e credíveis para actuação nas áreas que o próprio Governo definiu como prioritárias.

O Governo prometeu aumentar as exportações.

A prioridade atribuída às exportações é correcta, mas foi neste domínio que, infelizmente, o fracasso da política económica da AD se revelou mais rotundo e gritante.

Com efeito, pela primeira vez desde 1975, assistimos a uma queda em valor real das exportações. Singular paradoxo: a AD obteve o inverso do que planeava: em vez de aumentar as exportações, diminuiu-as afinal.

Este objectivo era, e é, aliás, essencial à prossecução de uma política de independência e de estabilidade a médio prazo. Da evolução real das exportações portuguesas depende, em boa medida a estabilização do défice com o exterior e, portanto, o controle do endividamento externo. Não se pode assistir passivamente à deterioração constante da taxa de cobertura das importações pelas exportações e à rigidificação (em termos de mercados, bens e serviços) da política exportadora nacional.

Considerando essa política como prioridade absoluta, o Governo estabeleceu e inseriu no seu programa alguns objectivos e medidas tendentes à correcção dos desequilíbrios existentes.

Mas, decorridos vários meses após a apresentação do seu último programa, e mais de um ano de acção governativa da responsabilidade de Pinto Balsemão, não há conhecimento do lançamento de medidas legislativas ou de reestruturação orgânica visando aqueles objectivos e que de algum modo pudesse contribuir para a reposição das razões de troca, fortemente abaladas com a política cambial da responsabilidade do primeiro governo AD, política que tem sido criticada quase unanimemente por especialistas na matéria e em relação à qual a actual maioria não soube ainda penitenciar-se.

Não se vê, pois, que o Governo privilegie os instrumentos e medidas que viabilizem uma política agressiva na procura de novos mercados e não se vêem, sobretudo, resultados concretos de qualquer acção eventualmente desencadeada.

Como já referi, a *performance* do Governo, nesta matéria, é realmente «invejável»: tendo previsto um crescimento nas diversas versões que apresentou, de 7 % ou 5 %, as exportações acusaram, afinal, uma quebra de 1,5 % em volume. Expressa em dólares, a quebra terá sido de cerca de 10 %.

O valor total das exportações nacionais em 1981 atinge cerca de 260 milhões de contos, pouco mais de 10 % que no ano anterior, em valor nominal — es-

cudos —, baixando a taxa de cobertura das importações para 43 %.

Este comportamento negativo não pode ser directamente imputado, ao contrário do que diz o Governo, à conjuntura económica de crescimento nulo dos países compradores, pois a participação de Portugal no comércio externo da maioria desses países é absolutamente insignificante.

A situação actual não será estranha a controversa política cambial de Fevereiro de 1980 (revalorização do escudo).

Mas em 1980 era ano de eleições e importava à AD ganhá-las, custasse o que custasse.

Manipulando em seu proveito o orgulho nacional no valor da moeda, a AD atenuou transitoriamente os sacrifícios resultantes do aumento de certos preços, mas hipotecou, a curto prazo, a correcta evolução das transacções com o exterior.

É, pois, ainda, e segundo este ponto de vista, altamente criticável o comportamento do governo da Aliança Democrática, designadamente o comportamento do antigo Ministro da Economia Cavaco e Silva, hoje dirigente do PSD, que agora se multiplica em declarações, discursos e edições, tentando camuflar a sua nefasta acção e justificar o injustificável.

Aplausos do PS, do PCP, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE.

Apelando ao rigor técnico, critica agora o elevado endividamento externo e a sua dinâmica para o aumento, propondo, em simultâneo, um crescimento médio anual da economia da ordem dos 5 %.

É caso para perguntar, usando uma expressão cara àquele ex-ministro, se Cavaco e Silva descobriu, ele agora, a «quadratura do círculo».

Valerá a pena, em abono da verdade, salientar o comportamento do actual ministro João Salgueiro, que, confrontado com a incorrecção da política daquele seu antecessor e correligionário político, vem mantendo, em relação às suas críticas, uma elevada dignidade.

Vivemos, pois, claramente em crise económica. Mas quem paga a crise económica agravada e intensificada pela AD? Naturalmente que todo o País paga a crise, mas de forma desigual.

A AD tenta fazer repercutir directamente as consequências da crise sobre as classes trabalhadoras, como o demonstram a tentativa de liberalizar os despedimentos é, recentemente, a publicação de um decreto-lei sobre os chamados «excedentes» da função pública. Esta lei não passa de um expediente para o despedimento disfarçado e sofisticado dos trabalhadores, com o pretexto do excesso de efectivos e da racionalização dos serviços.

Se este decreto-lei não for declarado inconstitucional, os funcionários públicos ficarão sujeitos a todas as intimidações e chantagens, temendo perder os seus meios de subsistência e a dignidade do seu próprio trabalho.

Contemplados com um ridículo aumento de 11 % nos seus vencimentos, com a justificação do défice orçamental, são agora objecto de ameaças ao seu direito à estabilidade e segurança no emprego, mediante a publicação daquele decreto-lei.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — A AD, que tanta demagogia fez junto dos trabalhadores da função pública e a tantos conseguiu iludir, revela agora a sua verdadeira face e a consideração e respeito que aqueles trabalhadores lhe merecem, considerando-os uma vez mais trabalhadores de segurda.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — O PS anuncia que usará todos os mecanismos constitucionais e legais — incluindo o pedido de ratificação dos decretos que constituem o «pacote da função pública» — visando anular a flagrante injustiça que agora se comete.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O fracasso da AD não reside apenas nos erros de conjuntura e na incompetência dos agentes políticos que escolheu.

Num mundo em mudança e a caminho da justiça social, o fracasso da AD é o fracasso do modelo liberal-conservador em que se inspira.

Como ainda recentemente aqui foi dito por Victor Constâncio, a este modelo os socialistas e os seus aliados naturais da esquerda democrática contrapõem uma alternativa global, inserida numa concepção de desenvolvimento a longo prazo.

Esta alternativa visará, prioritariamente a satisfação das necessidades básicas da população, incluindo a garantia do direito ao trabalho; uma melhor distribuição do rendimento, em ligação com a melhoria da qualidade de vida; uma maior participação dos trabalhadores na vida económica, incluindo a democratização da empresa; uma menor dependência do exterior, e a atenuação efectiva dos desequilíbrios e desigualdades regionais.

Para que estes objectivos possam ser alcançados, impõem-se as seguintes concepções e acções: a inflação é um desequilíbrio estrutural da economia e não pode ser resolvida numa situação recessiva com forte desemprego, antes exige uma nova política de investimentos e a adopção de uma clara política de preços e rendimentos; o desemprego é, de igual modo, um desequilíbrio estrutural e a sua correcção exige uma política activa de investimento público e uma grande selectividade nos incentivos ao investimento privado; o reforço da intervenção dos trabalhadores na economia e na empresa resultará e será clarificado pela redução das desigualdades e pela aplicação e melhoria da legislação que a contempla; a menor dependência económica do exterior resultará da existência, permanência e defesa de um importante sector público, do fortalecimento do mercado e da diversificação das relações económicas com o exterior; a gestão democrática da economia e o combate aos desequilíbrios e às desigualdades assentará num plano de desenvolvimento a médio prazo, imperativo para o sector público e orientador da política de investimento.

O governo da AD procura atacar a inflação através da recessão económica e, portanto, do desemprego: não privilegiou a criação de novos postos de trabalho através do investimento público e da orientação do investimento privado; quer diminuir os direitos e a intervenção dos trabalhadores na economia e na empresa, como o prova o anunciado pacote laboral; combate o sector público da economia e, em especial, as nacionalizações pós-25 de Abril, procurando desa-

creditá-lo através do estrangulamento financeiro; não combate as desigualdades, fazendo pagar aos trabalhadores, através de um tecto salarial injusto, porque inferior à taxa de inflação, a crise da economia; não tem capacidade nem desejo político de planificação a médio prazo.

Só um governo com uma política apoiada por um amplo bloco social de progresso e empenhado na defesa do modelo de organização económica da Constituição encontrará as respostas para a crise nacional e abrirá as portas do futuro.

Aplausos do PS, do PCP, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Estão inscritos para formularem pedidos de esclarecimento os Srs. Deputados Sousa Marques, Portugal da Fonseca e Pinto Nunes.

De acordo com o que tinha ficado estabelecido, o uso da palavra por estes Srs. Deputados ficará reservado para a próxima sessão.

Para uma declaração política, tem a palavra a Sr.ª Deputada Helena Cidade Moura.

A Sr.ª Helena Cidade Moura (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em 20 de Março de 1976 o coronel Vítor Alves, então ministro da Educação, define, através de decreto-lei, as associações de educação popular.

Esse decreto é um campo fértil, é um espaço de vida, uma janela aberta aos problemas reais, que o próprio decreto define numa linguagem clara.

É um decreto democrático e inteligente.

«A educação popular, em geral, e a alfabetização, em particular, são prioridades a estabelecer no desenvolvimento de qualquer política educativa que pretenda dar solução aos problemas reais do País», diz o decreto-lei, considerando, no entanto, «que não é de adoptar uma política de intervenção agressiva que possa provocar a resistência imediata das populações, desde há muito abandonadas a um esquema de vida tradicional e isolado, e que se entende que a organização colectiva das mesmas populações, numa base de associativismo, é um passo fundamental para a sua própria educação, numa perspectiva libertadora, assim como para a construção sólida de uma nova sociedade democrática».

Estas são palavras de Abril, para as quais remeto a reflexão criativa dos Srs. Deputados, daqueles que estão ainda vivos nesta Assembleia. São palavras que nos recompensam do sofismando, entorpecido, grotesco e mesmo por vezes aviltante discurso da AD.

Estas associações estão registadas na Direcção-Geral de Educação Permanente, são por ela avaliadas, dela recebem apoio e através dela o Ministério da Educação lhes garantiu os subsídios.

Com a chegada triunfante do governo AD, as associações culturais começaram a ser rondadas pelos morcegos da morte: a mediocridade e a insegurança, de mãos dadas com o obscurantismo fascizante. Começa a obra de destruição da dinâmica das populações e inicia-se a prepotência, recheada de palavreado democrático. O Despacho Normativo n.º 206/80, de 2 de Julho, tem já a linguagem inconfundível da AD e a marca confusionista, destruidora, do Ministro Vítor Crespo.

Todo esse despacho é salpicado pela imagem do Poder e repete, por palavras medíocres e fiscalizadoras, as linhas gerais anteriormente definidas no decreto-lei de Vítor Alves. Vai cuidadosamente iniciando o ataque: «Os órgãos autárquicos locais poderão, mediante consulta prévia à Direcção-Geral da Educação de Adultos, emitir parecer sobre as actividades levadas a efecto pelas associações em execução dos projectos subsidiados.»

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A ligação das associações populares de educação aos órgãos autárquicos acontece, naturalmente, nos locais onde a democracia existe, mas não, como é evidente, sob a forma desta rede com que o poder central da AD quer manter na sua mão decrépita a linha do Poder. Não se trata de uma ligação positiva para juntar esforços, mas sim da fiscalização exercida sob parecer de uma direcção-geral.

Este secreto insinuar da AD apenas tinha começado; ele foi, porém, tão tenaz e felinamente tecido que o director-geral da Educação de Adultos acabou por pedir a demissão.

E não se tratava, Srs. Deputados, de um organizador dos SUV's da alfabetização; era apenas um funcionário competente, cuja defesa no CNAEBA, quando do seu pedido de demissão, foi assumida pelo representante da Assembleia Municipal da Guarda, democrata e militante do PSD... para que a esperança se fortifique!

Mas a AD aperta o cerco à volta da democracia.

Em 6 de Novembro de 1980, a AD torna mais seguros os seus vínculos, fiel à sua tão extraordinária estratégia fiscalizadora a que chama descentralização, pela mesma razão que alcunhou de mudança os seus grandes objectivos políticos de regresso ao passado. Foi assim que, de novo, o Sr. Ministro despachou no sentido de «sem prejuízo das informações que a DGEA possa colher junto dos órgãos autárquicos locais, deverão (já não poderão) ser ouvidos os governos civis respectivos».

Agora já é a própria DGEA que vai colher informações aos órgãos autárquicos e também aos governos civis.

Em vão os serviços tentaram ingenuamente explicar ao Sr. Ministro da Educação que os governadores civis já não eram superiores hierárquicos dos órgãos autárquicos, agora eleitos pela população.

O Sr. Ministro obedece escrupulosamente às ordens da AD, por isso a AD por três vezes o escolheu como Ministro da Educação.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — Montava-se assim, graças a este despacho, um serviço da PIDE, através dos próprios serviços do Ministério, sem despesas suplementares para o Estado, como determina o orçamento austero da AD.

Destas informações dos governos civis destacam-se as do Governo Civil de Aveiro.

O MDP/CDE, querendo prestar os órgãos de soberania e dando provas concretas do seu espírito democrático, por três vezes, durante a discussão do OGE, durante a discussão do Programa do Governo e durante a moção de censura do PS, pediu ao Governo aqui presente na sua representatividade

máxima, incluindo o Sr. Primeiro-Ministro, que remeteu a esta Assembleia as informações dadas pelo Governo Civil de Aveiro ao Ministro da Educação, entendendo que cabe a esta Assembleia, na sua totalidade, a fiscalização dos actos do Governo. Agora, passado quase um ano, entendemos que deveríamos nós mesmos divulgar esse documento, como exemplo, como lição e como alerta!

O Governo sistematicamente silencia, como é seu hábito e condição de existência! Por isso nos cabe hoje revelar a esta Assembleia o teor dessa informação, que já difundimos pelos órgãos da comunicação social, para prestigiar a imprensa, que há muito deveria ter sido informada de tal facto.

É o seguinte o teor da informação:

[...] exceptuada talvez a que respeita ao Grupo Autónomo de Animação Social com sede em São João da Madeira e que, embora tenha nítidas ligações com partidos de esquerda, tem, contudo, prestado algum serviço à comunidade local.

Assim teremos:

- 1) Associação de Moradores de São Pedro, Espinho — Sem qualquer representatividade;
- 2) Centro Recreativo e de Acção Cultural de Parada de Cima, Vagos — Sem validade. A não considerar. Conotação política PC;

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — É incrível!

A Oradora:

- 3) Grupo de Dinamização e Cultura de Pedrido, Castelo de Paiva — A não considerar, por ligações políticas com UDP;

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Que pouca vergonha!

A Oradora:

- 4) Grupo Autónomo de Animação Social, São João da Madeira — Considerar apenas na base do solicitado. Tem ligações nítidas com partidos de esquerda. Tem prestado algum serviço à comunidade;
- 5) Grupo Cultural de Guetim, Espinho — Sem qualquer representatividade. Conotações políticas nítidas com partidos de esquerda. Sem capacidade de resolução;
- 6) Grupo Recreativo de Acção Cultural Laurocoop, Lourosa, Feira — Trata-se de cooperativa de consumo com sobre-carga política de esquerda, dedicando-se também a acção desportiva e cultural;

Vozes do PCP: — É uma vergonha!

A Oradora:

- 7) NASCENTE — Cooperativa de Acção Cultural, Espinho — Não considerar. Conotação partidária de esquerda.

Protestos do MDP/CDE, do PCP e da UDP.

Srs. Deputados, cabe perguntar: será a esta política, a esta moral, é para esta linguagem que os democratas portugueses não têm alternativa?

O MDP/CDE e todos os democratas desta Assembleia e fora dela sabem que a alternativa existe. Para isso basta que a AD se retire do Poder!

Uma voz do CDS: — Não querias mais nada!

A Oradora: — É favor não me tratarem por tu; já me queixei ao CDS desse belo hábito que os Srs. Deputados têm.

O Sr. Presidente: — Tem toda a razão, Sr.^a Deputada.

A Oradora: — É linguagem da PIDE, Sr. Deputado.

Aplausos do MDP/CDE, do PS, do PCP e da UDP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, este é um tipo de apartes que considero inadequado ao normal relacionamento entre os deputados.

Faça favor de continuar, Sr.^a Deputada.

A Oradora: — Sr. Presidente, tive já ocasião de fazer um protesto pessoal junto do Ministro Fernando Amaral por esta mesma razão. Nessa altura, trataba-se de um deputado da bancada do PSD de quem nunca aparece o nome no *Diário da Assembleia da República*.

De facto, os apartes são sempre possíveis e fazem mesmo parte dos hábitos parlamentares. Em todo o caso, há certo tipo de apartes que se não podem admitir, porque, embora não representem ofensas pessoais, são, contudo, ofensas ao regime que defendemos.

Vozes do PCP e da UEDS: — Muito bem!

A Oradora: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Esta Assembleia acaba de passar por uma dura prova de que saiu vencedora. O Primeiro-Ministro, mercê das suas leituras subjectivas, das suas birras com tonalidades da Quinta da Marinha, da sua total e absoluta ausência de noção de Estado, da sua insensibilidade democrática e do seu modo amedrontado de assumir o Poder, deu a esta Assembleia uma prova cabal da sua incompetência.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — O Primeiro-Ministro e os ministros seus conselheiros encontraram a forma mais desastrada, mais errada e mais comprometedora de manifestarem o seu desagrado.

Verificou-se, assim, para além da margem de erro que qualquer acção pode conter, que a democracia não é a água onde este governo pode viver.

Pelo contrário, se esquecermos os discursos isolados de alguns deputados sem grande representatividade mesmo nas suas bancadas, esta Assembleia, com todas as suas contradições e os seus vários discursos políticos, assumiu, como órgão de soberania, a defesa da democracia, sublinhada pela dignidade com que a oposição abandonou o hemiciclo.

O fosso entre o Governo e a Assembleia da República, que há muito tempo tem vindo a ser sulcado, acaba agora de ser profundamente cavado.

Uma nova esperança se abre àqueles que sabem assumir na essência, e não só na forma, o sentido do voto popular; mas também surgem novos perigos, porque os falsos profetas apertam o cerco e fazem ouvir a sua voz junto daqueles a quem perturba o peso do silêncio e o vazio.

A democracia é um acto diário de coragem, por isso ela é condição da dignidade dos homens e do progresso da sociedade.

Estamos certos de que esta Assembleia terá a coragem democrática suficiente para salvaguardar a democracia.

Aplausos do MDP/CDE, do PS, do PCP e da UDP.

O Sr. Presidente: — Estão inscritos para pedir esclarecimentos os Srs. Deputados Lemos Damião, Jorge Lemos, José Manuel Mendes, Teresa Santa Clara Gomes, Faria dos Santos, Natália Correia, Sousa Marques, Carlos Robalo e Mário Tomé. Ficarão inscritos para a próxima sessão.

A Sr.ª Natália Correia (PSD): — Sr. Presidente, gostaria apenas de formular uma pergunta urgente, que deixa de ter oportunidade noutra altura.

O Sr. Presidente: — Se a Sr.ª Deputada entende que é urgente — e considerando que há 9 pedidos de esclarecimento —, espero que os outros Srs. Deputados aceitem a urgência do pedido da Sr.ª Deputada.

Pausa.

Visto não haver oposição, tem a palavra a Sr.ª Deputada Natália Correia.

A Sr.ª Natália Correia (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Considero grave o documento que foi produzido sobre a actuação do governador de Aveiro. No entanto, penso que a parte não é o todo.

Sr.ª Deputada, quero saber se está de acordo comigo quando formulou esta opinião de que a parte não é o todo e de que não devemos julgar a maioria por uma actuação isolada, que é, necessariamente, condenável.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Helena Cidade Moura para responder, se assim o desejar.

A Sr.ª Helena Cidade Moura (MDP/CDE): — Srs. Deputados, aproveito para dizer que não está em causa o actual governador civil de Aveiro, apesar de ter falado constantemente em governo civil.

O atraso da apresentação deste documento deve-se ao facto de que quisemos que fosse revelado através do Governo, pois era quem o deveria ter revelado à Assembleia da República. Levámos quase um ano a insistir para que assim fosse. Inclusivamente, falámos aqui, directamente, ao Ministro Fernando Amaral.

Portanto, o que está em causa — e pondo de lado a figura do actual governador civil de Aveiro, que não conheço, tal como não conhecia o anterior — é que há um despacho do Ministério da Educação Nacional, da autoria de um ministro que é o responsável pela política educacional deste país, pela terceira vez

com os governos AD, despacho que manda que sejam os governos civis a informar.

A Sr.ª Deputada sabe que os homens não são santos. Quando o Poder destrói as pessoas há que atacar sobretudo o Poder, não as pessoas. Não é um caso isolado. É uma situação errada, que levará, fatalmente, a muitos casos destes, porque é assim que se cria o fascismo, isto é, criando situações fascizantes.

Aplausos do MDP/CDE, do PCP e de alguns deputados do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Natália Correia.

A Sr.ª Natália Correia (PSD): — Sr.ª Deputada, penso que as situações fascizantes se evitam, precisamente, evitando que a pouca democracia ou a levianidade de alguns comprometam o sistema.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, entramos agora no período da ordem do dia.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vai ser lido pela Mesa um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos sobre a substituição de deputados.

O Sr. Secretário: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos é do seguinte teor:

Em reunião realizada no dia 30 de Março de 1982, pelas 14 horas e trinta minutos, foram apreciadas as seguintes substituições de deputados:

Solicitada pelo Partido do Centro Democrático Social:

João António de Moraes Leitão (círculo eleitoral de Lisboa) por António Pedro da Silva Lourenço (esta substituição é pedida para os dias 30 de Março corrente a 2 de Abril próximo, inclusive).

Solicitada pelo Partido Comunista Português:

José Ernesto Ildefonso Leão d'Olveira (círculo eleitoral de Évora) por António José Monteiro Vidigal Amaro (esta substituição é feita devido ao pedido de renúncia ao mandato de deputado).

Analizados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que os substitutos indicados são realmente os candidatos não eleitos que devem ser chamados ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência das respectivas listas eleitorais apresentadas a sufrágio pelos aludidos partidos nos concorrentes círculos eleitorais.

Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

Finalmente, a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

As substituições em causa são de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

O presente relatório foi aprovado por maioria, com a abstenção do deputado da União Democrática Popular.

A Comissão: Presidente, *Mário Júlio Montalvão Machado* (PSD) — Vice-Presidente, *Aníbal Cândido Miranda Macedo* (PS) — Secretário, *José Manuel Maia Nunes de Almeida* (PCP) — *Cristóvão Guerreiro Norte* (PSD) — *Mário Marques Ferreira Maduro* (PSD) — *Nicolau Gregório de Freitas* (PSD) — *Valdemar Cardoso Alves* (PSD) — *João Alfredo Félix Vieira Lima* (PS) — *Bento Elísio de Azevedo* (PS) — *Armando de Oliveira* (CDS) — *Álvaro Augusto Veiga de Oliveira* (PCP) — *Jorge Manuel Abreu de Lemos* (PCP) — *António Cardoso Moniz* (PPM) — *Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho* (ASDI) — *António Manuel de Carvalho F. Vitorino* (UEDS) — *Herberto de Castro Goulart da Silva* (MDP) — *Mário António Baptista Tomé* (UDP).

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos votar o presente relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência da UDP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, passamos agora ao debate sobre o projecto de resolução n.º 7/II, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, sobre a criação de uma comissão eventual relativamente às condições de funcionamento da Assembleia da República.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Sampaio.

O Sr. Jorge Sampaio (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Fiz aqui, há não mais de 8 dias, uma intervenção, em nome do Partido Socialista, que se destinava a escalarpelizar as carências e exigências da nossa vida parlamentar. Não vou repetir essa intervenção, pois certamente que alguns Srs. Deputados estarão recordados dela.

Penso que na linha da necessidade de uma resposta positiva e dinâmica, ou seja de uma resposta democrática à vida parlamentar portuguesa, e portanto às exigências que ela postula a todos nós, deve inserir-se o presente projecto de resolução, bem como outras iniciativas que estão pendentes e que foram apresentadas pelo Partido Socialista, as quais enumerei também nessa altura e nessa intervenção.

O projecto de resolução ora em causa, de que falará a seguir, quanto ao seu detalhe, o meu camarada José Niza, pode ser — e em nosso entender deve ser — o início do obter ou tentar obter os consensos possíveis em torno do que é, sem dúvida e como nessa altura se disse, uma tarefa de Estado, isto é, a tarefa de remodelar, reestruturar e tornar mais eficaz o Parlamento da República Portuguesa, ou seja a representação nacional.

Não suscitará dúvida a ninguém o estado de carência em que nos encontramos. Tal dúvida apenas existirá para aqueles dos nossos críticos que só, por vezes, se preocupam com aspectos acidentais e acessórios, sem cuidarem de saber ou de fazer paralelos entre o que são as exigências de um parlamento moderno e as exigências e condições em que, na maior parte dos casos, trabalhamos.

Não quer isto dizer, porém, que através desta frase se escamoteie a realidade quotidiana dos nossos trabalhos, e até, muitas vezes, a nossa disponibilidade para eles, porque não é só de meios humanos e materiais que o nosso trabalho carece. Trata-se também, muitas vezes (porque não dizê-lo), de um problema de convicção, de um problema de saber qual é, no fundo, a nossa disponibilidade, para que o pulsar da vida nacional esteja imbricado na vida parlamentar, sem o que esta acaba por ser apenas um fogo fátuo que diariamente se repeete.

É neste sentido, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que está na Mesa e em discussão este projecto de resolução. Pela nossa parte o voto é afirmativo, como não podia deixar de ser. Será também afirmativo no sentido de reiterar a nossa convicção de que é através de iniciativas deste género, e sobretudo pela prática sequencial a estas iniciativas, que encontraremos o caminho correcto para uma tarefa que, certamente, durará muitos meses, mas que terá como objectivo pôr o nosso Parlamento ao serviço da democracia e em consonância com as exigências do País.

Será também a melhor forma, Sr. Presidente, para que se diga que — e agora a título puramente pessoal —, se por um lado, como hoje aconteceu, criticamos V. Ex.^a porque entendemos dever fazê-lo (e fazê-mo-lo com toda a dignidade democrática), também nos apraz, no momento próprio o que é este, dizer que acompanhamos e saudamos os esforços que V. Ex.^a tem desempenhado perante alguma incompreensão para dignificar o que é o funcionamento essencial da Assembleia da República.

Pela nossa parte, como sabe, conta com a nossa disponibilidade e com o nosso sentido crítico, como não podia deixar de ser, na esperança de que esta Câmara comprehenda o momento que se vive e aquilo que é necessário fazer para o ultrapassar.

Aplausos do PS, da ASDI e de alguns deputados do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Niza.

O Sr. José Niza (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Tem aqui sido muito referida a questão da dignificação do Parlamento, quer por deputados do PS, quer por deputados de outras bancadas, quer ainda por anteriores presidentes da Assembleia. Pensamos que é altura de passar das palavras às ações e dar conteúdo concreto àquilo que é o desejo comum de todos.

O Partido Socialista tomou a iniciativa da apresentar, em 4 de Novembro, na reunião dos *liders* parlamentares, uma proposta no sentido de analisar e resolver os problemas com que todos nos debatemos aqui, designadamente em matéria de instalações e funcionamento do Parlamento.

Todos nós, deputados, funcionários parlamentares e jornalistas sabemos quais as dificuldades que encontramos para o desempenho do nosso trabalho aqui, qualquer que seja a nossa actividade.

Este Parlamento é antiquado, talvez o mais antiquado da Europa, embora, tal como foi aqui no ano passado provado pelo meu camarada Salgado Zenha, seja dos parlamentos mais produtivos da Europa.

Recordo, para aqueles que passaram aqui a experiência da «Constituinte», que praticamente não havia, então, condições de trabalho. Apesar de tudo, à custa de entusiasmo e de dedicação patriótica, foi feita a Constituição em condições ainda piores das que hoje possuímos.

É altura, embora já seja tarde, de encararmos, séria e continuadamente, as soluções que teremos que dar ao Parlamento Português, isto é, a concretização da dignificação que todos pretendemos e que esta proposta pretende viabilizar.

A proposta, em si, visa melhorar as condições de trabalho que todos temos, fazendo a análise global da situação de funcionamento em todos os domínios da instituição parlamentar, assim como o estudo e propostas de solução de qualquer tipo, com vista ao progresso e eficácia dessa mesma instituição, as quais deverão ser concretizadas por etapas e com objectivos definidos, sem prejuízo do funcionamento normal da Assembleia.

Tivemos a preocupação de dar um calendário a todas estas acções. Fundamentalmente, dividimos os objectivos a conseguir em três etapas, isto é, a curto, médio e longo prazo. Fixámos um prazo para todas estas actividades da comissão, e estabelecemos um conteúdo concreto das deficiências e das soluções que devem ser dadas a tais deficiências.

A curto prazo, as medidas, muito sinteticamente, são estas: a comissão analisará as actuais condições de instalação e funcionamento da Assembleia da República, fazendo propostas de soluções de adaptação de viabilidade imediata. Para isso, a comissão teria um prazo de 45 dias.

A médio prazo, competir-lhe-ia impulsionar a apresentação de projectos para obras de adaptação, conservação e instalação de novos equipamentos, por forma a que as mesmas possam realizar-se entre 15 de Junho e 15 de Outubro, sem prejuízo do funcionamento da Assembleia da República. Tais projectos deveriam conter propostas de alternativa para situações imprevistas.

Neste médio prazo haveria ainda um impulsionamento de apresentação do projecto de ampliação das instalações da Assembleia da República, de转移ência de serviços, de libertação de espaços, etc.

A longo prazo — não tão longo como isso, uma vez que se prevêem 240 dias para tudo isto —, seria assegurada a apresentação de propostas finais, incluindo orçamentos globais de todas as alterações, modificações e inovações anteriormente definidas.

Sabemos que por acção da Assembleia, designadamente do Presidente da Assembleia, há já bastante trabalho sobre esta matéria, competindo à comissão que se vier a formar, tomar contacto com esse material e ser ela própria a «arrancar» com todas as soluções.

Na proposta que apresentámos em Novembro fizímos uma exaustiva listagem de questões rela-

cionadas com a Assembleia quer em matéria de deficiências quer em matéria de possíveis soluções. Vou referir algumas para exemplificar aos Srs. Deputados o que, efectivamente, é o âmbito desta comissão que agora propomos.

Em matéria do funcionamento do Plenário, devo dizer o seguinte: Há falta de espaço para as instalações dos 250 deputados; existem más condições de climatização e ventilação; há más condições de iluminação (que oscila entre uma quantidade enorme de luz e a penumbra em que vivemos — nem 8, nem 80); há más condições de acústica e sonorização, com estes microfones «girafas» que estão antiquados e que pertencerão um dia, com certeza, ao museu da Assembleia.

Há ainda a considerar o apoio logístico ao funcionamento das sessões, as informações aos deputados sobre o que é o seu trabalho quotidiano, e as informações para o exterior, isto é, para a opinião pública, através da comunicação social, que terá de ter condições para trabalhar eficientemente. Devem ser, pois, revistas as instalações e condições de trabalho para os jornalistas. Há que pensar ainda num sistema de votação electrónica, o que facilitaria as nossas votações.

No âmbito dos grupos parlamentares há também muitos problemas. Assim temos que considerar o problema das instalações para os próprios grupos parlamentares, assim como o problema do pessoal de apoio, o qual é reduzido. Aqui, permitia-me contar uma pequena «anedota» parlamentar que é esta: há dias fomos visitados por uma delegação do Parlamento Austríaco, tendo trocado, necessariamente, impressões com os nossos colegas austríacos sobre o funcionamento de ambos os Parlamentos. É evidente que da parte deles ouvimos muitas queixas, algumas semelhantes às que temos. Como pretendia aprofundar um pouco mais a questão, perguntei-lhes, por exemplo, em relação a um grupo parlamentar como é o do Partido Socialista Austríaco — com 98 ou 99 deputados —, quantos funcionários de apoio tinham eles. A resposta foi: «Muito poucos. Só temos 50.» Isto é: 1 funcionário para cada 2 deputados. Ora nós, aqui, temos 1 funcionário de apoio para 10 deputados. A diferença é esta.

Não há espaço de reuniões para o trabalho individual dos deputados. Dos 250 deputados que aqui temos nesta Assembleia, talvez uma dúzia, isto é, as direcções dos grupos parlamentares, tenham uma secretaria para poderem trabalhar. Os outros deputados não têm condições para trabalhar isolados, com o mínimo de sossego, com o seu próprio staff de apoio o qual não existe.

Para além do apoio directo e logístico aos deputados, há que considerar o problema dos serviços de documentação e biblioteca, que não estão a funcionar ao nível de um parlamento moderno, sem que isto signifique qualquer crítica às pessoas responsáveis por esses serviços.

Há também, nesta Assembleia, a falta de uma sala de conferências de imprensa, existente hoje em qualquer parlamento ou instituição moderna.

O terceiro ponto tem a ver com as estruturas de apoio complementar aos deputados, isto é, tem a ver com o estacionamento dos automóveis dos deputados — assunto que já está a ser tratado —, tem a ver

com a possibilidade de um restaurante, de um bar e de uma zona de convívio e de leitura, com televisão e rádio para que possamos acompanhar a informação que é feita a partir da própria Assembleia da República.

De considerar a questão do secretariado de apoio que já referi. Para não sermos tão ambiciosos, de forma a funcionar como os Parlamentos Alemão, Francês ou Inglês, mas tomando como exemplo, como termo de comparação, o caso da Áustria, que é um país pequeno como o nosso, podemos ambicionar ter um mínimo de apoio, não para cada 2 deputados, mas ao menos por grupos de deputados.

Em relação às questões das comissões parlamentares especializadas, é de observar o «drama» de sempre às quartas-feiras, em que há mais comissões do que salas. É nossa opinião, já várias vezes manifestada, de que deveria haver uma diminuição do número de comissões colocando-as ao nível do que já antes existiu, isto é, 11 ou 12 comissões. Neste momento temos 20, já não falando nas comissões eventuais, de inquérito, etc.

Preconizamos para as comissões especializadas, cujo funcionamento é fundamental para «cabastecer» de legislação o Parlamento, um secretariado permanente por comissão, com pessoas especializadas, o que é absolutamente indispensável.

É necessário pensar numa assessoria técnica e jurídica, em meios materiais e logísticos para acções exteriores ao Parlamento, uma vez que o trabalho das comissões não se situa só no Parlamento, havendo muitas saídas. Veja-se que, por exemplo, a Comissão de Agricultura que, ao que julgo, vai amanhã para Abrantes ou Aveiro. Portanto, é preciso haver um serviço de apoio a deslocações como esta.

De ver ainda o problema das instalações próprias das comissões. Atente-se, por outro lado, no apoio às comissões eventuais que existem, que são bastantes e que estão a criar um problema a esta Assembleia, na medida em que já não bastavam as comissões especializadas, como ainda foram acrescidas de uma série de comissões eventuais (uma das quais é esta, reconheço, mas aqui trata-se de uma comissão para desbloquear os problemas das outras).

Em matéria de relações internacionais, pensamos que qualquer parlamento europeu deverá possuir uma sala de reuniões internacionais, apetrechada com áudio-visuais e tudo aquilo que é normal e necessário nessas reuniões, e de forma a garantir, também, a sua cobertura pelos jornalistas.

Um ponto sexto refere-se ao que já está, digamos, decidido por esta Assembleia, isto é, à comissão que tem a ver com a protecção do património artístico e cultural, a qual é uma comissão que foi reconstituída este ano, e que, penso, deverá colaborar com esta, por forma a combinar posteriormente.

Em relação à comunicação social, reconhecemos as dificuldades que os jornalistas têm para trabalhar aqui. Por isso, preconizamos o seguinte: em primeiro lugar, a criação de um centro de imprensa, na Assembleia, dotado de telexes, telefonés, máquinas de escrever, televisão e rádio, onde os jornalistas possam trabalhar, fazer as suas notícias, seguir as informações da rádio e da televisão, e tomar um café ou uma bebida quando for caso disso; em segundo lugar, pensamos que seria conveniente a instalação, aqui no

Parlamento, de um estúdio para a rádio e a televisão, já que todos os dias aqui vêm, podendo ter aqui permanentemente os seus equipamentos.

Quanto aos serviços de apoio parlamentar, consideramos que há alguns que são imprescindíveis ao funcionamento e à dinâmica do Parlamento. No entanto, há outros que podem, eventualmente, ser transferidos, porque são demasiados burocráticos. Não são serviços de apoio directo, e, portanto, para libertação de espaços para outras actividades, poderia estudar-se a sua transferência, desde que fossem considerados desnecessários.

Refiro, finalmente, a questão da segurança do palácio e dos deputados, que é um assunto que já tem vindo a ser tratado. Neste momento há já medidas concretas em relação a isso. A inclusão deste ponto aqui, por nós feita em Novembro, derivou do facto de pensarmos que esta matéria era fundamental.

Fiz uma enunciação dos problemas fundamentais que entendemos que existem no Parlamento Português. Pensamos que, em relação aos outros grupos parlamentares, haverá consenso quanto às nossas propostas, na medida em que não houve propostas de alteração nem sequer críticas, pelo que somos levados a crer que a proposta será aceite.

No entanto, por nossa iniciativa, e em relação à proposta que está na Mesa, propomos duas alterações. Não são de fundo, mas apesar de tudo vou anuciá-las.

Uma tem a ver com a composição da comissão e com o número dos seus membros. A proposta que tínhamos feito seria a mais funcional, mas não era regimental. Isto é: Havíamos proposto 6 membros, quando o Regimento prevê um mínimo de 10. Assim, propomos 12, estudando as condições de equilíbrio, a concretizar numa próxima reunião de conferências dos líderes dos grupos parlamentares, para se saber quem representa quem, e quais os partidos mais interessados e mais envolvidos nestas questões.

A outra alteração diz respeito ao ponto 7, com uma nova redacção — que é uma alteração mais de carácter formal do que de fundo, na medida em que o objectivo é o mesmo — e onde se diz: «Para todos os efeitos regimentais e legais, o funcionamento da comissão eventual é equiparado ao das comissões parlamentares especializadas.»

Era isto que, no fundamental, tinha para dizer aos Srs. Deputados. No entanto, o meu camarada Jorge Sampaio e eu próprio estamos abertos a qualquer pedido de esclarecimento que entenderem fazer-nos.

Aplausos do PS, da ASDI e de alguns deputados do PSD e do CDS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, penso que estamos a chegar ao limite de tempo que foi acordado para a reunião de hoje.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Sampaio.

O Sr. Jorge Sampaio (PS): — Sr. Presidente, pela nossa parte não haveria inconveniente em prosseguir os nossos trabalhos, já que pensamos que seria útil que isto fosse aprovado hoje. Mal pareceria que para dinamizar o funcionamento parlamentar se começasse por ficar a meio de uma discussão.

Estou certo de que os grupos parlamentares compreenderão que se tivesse pedido que a sessão se inter-

rompesse às 18 horas e 30 minutos, por razões de todos conhecidas. Nessa medida, faria apenas um apelo para que nos próximos 10 ou 15 minutos isto pudesse terminar.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, pela minha parte continuariamos com toda a satisfação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Robalo.

O Sr. Carlos Robalo (ODS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostaria apenas de dizer que vamos votar favoravelmente esta resolução, tal como ao fim e ao cabo se deduz dos contactos já havidos em reuniões de líderes dos grupos parlamentares.

No entanto, como não é muito normal termos a possibilidade de apresentar felicitações a um grupo da oposição, não posso deixar, neste caso muito concreto, de felicitar o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, designadamente os Srs. Deputados Jorge Sampaio e José Niza, pelo contributo importante que esta proposta de resolução pode significar para a dignificação do Parlamento.

Além disso, refiro que nos pomos a uma total disposição para esta mesma reunião, de forma a que ela e a concretização a que se propõe possa ser dignificada.

Naturalmente que também tenho que registar aqui que esta resolução vai ao encontro das preocupações que, neste sentido, sempre foram manifestadas pelo Sr. Presidente da Assembleia da República.

De facto, é agradável para mim poder apresentar uma felicitação a um grupo da oposição, quando, em regra, a nossa vida nos permite, única e simplesmente protestos, contraprotestos e pedidos de esclarecimento.

Aplausos do CDS, do PPM e da ASDI.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lemos.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Consideramos a iniciativa do Partido Socialista positiva, porque parte à partida da concepção de que os problemas da Assembleia da República não poderão ser resolvidos sem a participação activa dos seus principais intervenientes, ou seja sem a participação activa dos deputados e dos partidos com assento na Assembleia da República.

Pôs-se de lado uma ideia que existiu em tempos de cometer este estudo a um qualquer serviço de apoio ou a um qualquer departamento da Assembleia. Ao que estamos a ver, vai caminhar-se para uma boa solução, pondo os próprios deputados a pensar sobre o seu modo de funcionamento e as melhores condições para funcionarem.

Contudo, queria acentuar a ideia, que já foi dada pelo Sr. Deputado Jorge Sampaio, de que, apesar das dificuldades que todos nós temos sentido para funcionar nesta Assembleia da República, podemos dizer que, comparativamente com a grande maioria dos parlamentos da Europa e do Mundo, ainda devemos ser dos parlamentos que mais temos produzido, quer em termos legislativos, quer na utilização dos mecanismos que a Constituição confere para a nossa actuação.

Se em determinadas alturas tal não tem acontecido, isso só se tem devido a factores que nada têm a ver com esta Assembleia, a factores exógenos a esta Assembleia, como recentemente se verificou com a triste cena da não vinda do Sr. Primeiro-Ministro ao debate de uma moção de censura ...

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O Orador: — ... apresentada pelo PCP e que pôs em causa o bom funcionamento dos trabalhos da Assembleia da República, como, aliás, já tivemos oportunidade de dizer. Mas deixemos estes episódios de pormenor e não perturbemos a vida parlamentar com insensibilidades e irresponsabilidades do Governo.

Queríamos, pelo nosso lado, dizer que o nosso voto favorável a esta iniciativa do Partido Socialista merece uma referência especial ao esforço que tem sido desenvolvido pelos serviços e pelos funcionários da Assembleia da República para, nas actuais circunstâncias, com as actuais dificuldades, contribuírem com o seu esforço para o bom funcionamento desta Assembleia da República. Esse esforço só atingirá, contudo, o seu pleno quando formos capazes de o completar com o esforço feito a nível da própria Assembleia, a nível dos deputados, dos grupos parlamentares e dos partidos.

A Sr.ª Alda Nogueira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Acresce ainda, Sr. Presidente, e Srs. Deputados, que é imprescindível que a comissão, uma comissão especialmente virada para o estudo dos problemas concretos com que nos debatemos, poderá certamente fazer um levantamento exaustivo da situação. O Sr. Deputado José Niza já avançou com várias questões relativas às insuficiências e necessidades de melhoramentos na nossa Assembleia. Contudo, a comissão terá certamente a capacidade e a possibilidade de fazer esse levantamento.

Uma outra ideia que não queríamos deixar de transmitir tem a ver com a possibilidade que os trabalhos da comissão vão trazer para tornar mais transparentes os trabalhos da própria Assembleia da República. Repensar esta Assembleia, reestruturar os seus serviços, repensar todo o seu modo de funcionamento, irá certamente ser um passo decisivo para que, designadamente, os profissionais da comunicação social, que aqui connosco trabalham, possam ter um maior e melhor acesso e em melhores condições aos trabalhos da Assembleia, que se querem transparentes, limpidos, já que somos o espelho da democracia portuguesa.

A finalizar, pensamos que o facto de votarmos neste momento a constituição de uma comissão não vai resolver o problema do funcionamento da Assembleia da República. É um apelo que aqui fica feito para que não nos limitemos a votar em Plenário a constituição de mais esta comissão eventual, mas que nos empenhemos, todos nós, para que ela trabalhe e para que dê frutos. A constituição da comissão é certamente um passo para que esse trabalho seja feito.

Iremos, pelo nosso lado, empenhar-nos para que tal se realize.

Aplausos do PCP, do Sr. Deputado Jorge Miranda, da ASDI, e de alguns deputados do PS.

O Sr. Presidente: — Não há mais inscrições. Vamos votar, na generalidade, o projecto de resolução do PS sobre a criação de uma comissão eventual sobre as condições de funcionamento da Assembleia da República.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente: — Quanto à votação na especialidade, proponho que se votem em conjunto, salvo se houver alguma indicação contrária, os números do projecto de resolução acerca dos quais não há propostas de alteração. Proponho, pois, que se votem em conjunto os n.os 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9 e 10.

Pausa.

Como não há objecções, vamos votar.

Submetidos à votação, foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do MDP/CDE e da UDP.

São os seguintes:

Projecto de resolução

2 — A referida Comissão Eventual compete uma análise global da situação do funcionamento, em todos os domínios, da instituição parlamentar e o estudo e proposta de soluções, de qualquer tipo, com vista ao progresso e eficácia da mesma, as quais deverão ser concretizadas por etapas e com objectivos definidos, sem prejuízo do funcionamento normal da Assembleia da República.

3 — À Comissão Eventual para as Condições de Funcionamento da Assembleia da República fixam-se desde já os objectivos seguintes:

3.1 — A curto prazo:

Análise das actuais condições de instalação e funcionamento da Assembleia da República e proposta para soluções de adaptação de viabilidade imediata.

Prazo — 45 dias;

3.2 — A médio prazo:

Impulsionar a apresentação de projectos para obras de adaptação, conservação e instalação de novos equipamentos, por forma a que as mesmas possam realizar-se entre 15 de Junho e 15 de Outubro de 1982 (sem prejuízo do funcionamento da AR e contendo propostas de alternativa para situações imprevistas);

Impulsionar a apresentação do projecto de ampliação das instalações da AR, transferência de serviços, libertação de espaços, etc.

Prazo — 100 dias;

3.3 — A longo prazo:

Assegurar a apresentação de projectos finais, incluindo os orçamentos globais de todas

as alterações, modificações ou inovações anteriormente definidas.

Prazo — 240 dias.

4 — A título consultivo e como órgão de apoio, a Comissão Eventual será apoiada pelos serviços parlamentares, mediante solicitação ao Presidente da Assembleia da República.

4.1 — A referida Comissão Eventual poderá solicitar pareceres técnicos, quer a organismos do Estado, quer a empresas ou técnicos de reconhecida competência.

5 — A Comissão Eventual poderá sugerir à Conferência dos Grupos Parlamentares a necessidade de apresentação pelos deputados, quer de projectos de alteração a diplomas em vigor, quer de novos diplomas, sempre que tal se mostre necessário à eficácia ou à celeridade dos seus trabalhos.

6 — As despesas realizadas pela Comissão Eventual, ou a ela imputáveis, relacionadas com a realização dos seus fins serão submetidas para aprovação ao conselho administrativo da Assembleia da República.

8 — A Comissão Eventual, sem prejuízo do referido no n.º 4, supra, disporá de serviços de apoio próprios, que lhe serão afectados pelo Presidente da Assembleia da República.

9 — Para a realização dos fins para que é constituída, qualquer membro da Comissão Eventual, e no quadro dos objectivos desta, pode entabular contactos com parlamentos e serviços parlamentares de outros países.

10 — A Comissão Eventual funcionará em permanência durante a II Legislatura até à finalização dos seus trabalhos, incluindo durante os períodos de encerramento da Assembleia.

O Sr. Presidente: — Vamos agora votar, também em conjunto, se não houver objecções, a proposta de alteração quanto ao n.º 1 e a proposta de substituição quanto ao n.º 7, ambas apresentadas pelos Srs. Deputados José Niza e Jorge Sampaio.

Submetidas à votação, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do MDP/CDE e da UDP.

São os seguintes:

Propostas de alteração e substituição

Quanto ao n.º 1, propõe-se que onde se lê «sendo de 6 o número dos seus membros» passe a ler-se «sendo de 12 o número dos seus membros».

Quanto ao n.º 7, propõe-se a seguinte nova redacção:

Para todos os efeitos, regimentais e legais, o funcionamento da Comissão Eventual é equiparado ao das comissões parlamentares especializadas.

O Sr. Presidente: — Vamos agora votar a parte inicial do n.º 1, que não foi considerada na proposta de alteração.

Submetida a votação, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do MDP/CDE e da UDP.

E a seguinte:

Projecto de resolução

1 — A Assembleia da República constitui uma Comissão Eventual para as Condições de Funcionamento da Assembleia da República, a qual funcionará com deputados da maioria e da oposição em paridade [...]

O Sr. Presidente: — Foram, assim, aprovados por unanimidade, na especialidade, todos os números do projecto de resolução do Partido Socialista, com as alterações propostas pelos deputados, também do mesmo grupo parlamentar.

Penso que não devemos ultrapassar ainda mais os limites previstos para o encerramento da sessão. Queria, em todo o caso, anunciar que, em relação à eleição do representante do Partido Socialista no CNAEBA, os resultados foram os seguintes:

Número total de votos entrados, 143;
Votos a favor, 102;
Votos contra, 17;
Abstenções, 22;
Votos brancos, 2.

Em relação às eleições para a Comissão da Apreciação dos Actos do MAP, os escrutinadores, dentro dos limites de tempo de que dispunham, não tiveram a possibilidade de proceder ao apuramento dos resultados. No entanto, entregaram na Mesa, em envelope selado, os boletins entrados. Amanhã os escrutinadores farão o apuramento dos resultados, pelo que serão anunciamos oportunamente.

Comunico que deu entrada na Mesa, e foi admitido, o projecto de lei n.º 324/II, que diz respeito à alteração do regime de registo de propriedade de automóveis adquiridos por contrato verbal de compra e venda, subscrito pelos Srs. Deputados Manuel Pereira e Fernando Cardote, do PSD, que baixa à 9.ª Comissão.

A próxima sessão terá lugar quinta-feira, dia 1, às 15 horas.

Tendo VV. Ex.ª conhecimento, pelo programa da visita do Sr. Presidente da Jugoslávia à Assembleia da República, de que a chegada de S. Ex.ª terá lugar às 15 horas e 45 minutos, tal não obsta a que devamos reunir às 17 horas, porque, como sabem, é preciso algum tempo.

Haverá, assim, uma sessão solene, às 15 horas, em que será recebido S. Ex.ª o Presidente da República Federativa Socialista da Jugoslávia, e uma sessão plenária, que terá como ordem do dia o seguinte:

Na primeira parte, a eleição dos representantes da Assembleia da República na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa;

Na segunda parte, a continuação da discussão, na generalidade, da ratificação n.º 92/II, relativa ao Decreto-Lei n.º 189-C/81, de 3 de Julho, que regulamenta as operações de extracção, comercialização e transporte de cortiça, apresentada pelo PS, ASDI e UEDS.

A Conferência dos Presidentes dos Grupos Parlamentares, tal como estava prevista, reunir-se-á amanhã, às 14 horas e 30 minutos.

O Sr. Jorge Lemos (POP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, se bem me lembro, o que se tinha visto é que, fundamentalmente, a sessão de conferência prevista para amanhã se debruçaria sobre a entrada ou não da proposta de lei relativa à adesão da Espanha à NATO. Uma vez que há uma clarificação por parte do Governo de que não está em condições de discutir essa matéria, creio que temos matéria suficiente que evitava reunirmo-nos em Conferência dos Presidentes dos Grupos Parlamentares esta semana durante duas vezes, uma vez que sexta-feira nos vamos reunir durante toda a tarde.

O Sr. Presidente: — Esse era efectivamente o tema mais urgente. Não sei se da parte dos outros grupos parlamentares, com vista, designadamente, às sessões de quinta-feira e de sexta-feira, haverá interesse em reunir amanhã a Conferência. Agradecia qualquer sugestão.

O Sr. José Niza (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. José Niza (PS): — Sr. Presidente, pela nossa parte, preferímos fazer uma reunião mais prolongada na sexta-feira, durante a parte da tarde, a fazermos 2 reuniões mais pequenas durante 2 dias.

O Sr. Presidente: — Se não houver objecções, a Conferência dos Presidentes dos Grupos Parlamentares reunir-se-á na próxima sexta-feira, às 15 horas. Se houver algum facto superveniente, faremos uma pequena reunião durante o intervalo na próxima sessão de quinta-feira.

Está encerrada a sessão.

Eram 18 horas e 45 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PSD)

Fernando dos Reis Condesso.
Henrique Alberto Nascimento Rodrigues.
João Afonso Gonçalves.
João Aurélio Dias Mendes.
José de Vargas Bulcão.
Luís António Martins.
Manuel Pereira.
Pedro Miguel Santana Lopes.

Partido Socialista (PS)

António Manuel de Oliveira Guterres.
 Francisco Manuel Marcelo Curto.
 Guilherme Gomes dos Santos.
 Joaquim José Catanho de Menezes.
 José Luis Amaral Nunes.
 Leonel Sousa Fadigas.
 Luís Filipe Nascimento Madeira.
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.

Centro Democrático Social (CDS)

António Pedro da Silva Lourenço.
 Carlos Alberto Rosa.
 Carlos Martins Robalo.
 Henrique Manuel Soares Cruz.
 José Manuel Rodrigues Casqueiro.
 Luís Carlos Calheiros V. Sampaio.
 Rui Eduardo Rodrigues Pena.

Partido Comunista Português (PCP)

Domingos Abrantes Ferreira.
 Joaquim Gomes dos Santos.
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.

Partido Popular Monárquico (PPM)

António José Borges G. de Carvalho.

Acção Social-Democrata Independente (ASDI)

Manuel Tílmán.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PSD)

Afonso de Sousa F. de Moura Guedes.
 Álvaro Roque Bissaia Barreto.
 Amadeu Afonso Rodrigues dos Santos.
 Américo Abreu Dias.
 António Augusto Lacerda de Queiroz.
 António José B. Cardoso e Cunha.
 António Maria de O. Ourique Mendes.
 Carlos Manuel Pereira Pinho.
 Cecília Pita Catarino.
 Fernando Manuel Cardote B. Mesquita.
 Joaquim Manuel Cabrita Neto.
 José Luís Figueiredo Lopes.
 Júlio Lemos Castro Caldas.
 Leonardo Eugénio R. Ribeiro Almeida.
 Manuel da Costa Andrade.
 Maria Adelaide S. de Almeida e Paiva.
 Maria Helena do Rego Salema Roseta.
 Mário Ferreira Bastos Raposo.
 Pedro Augusto Cunha Pinto.
 Rui Alberto Barradas do Amaral.

Partido Socialista (PS)

Alfredo José Somera Simões Barroso.
 Alfredo Pinto da Silva.
 António Emílio Teixeira Lopes.
 António Fernandes da Fonseca.
 António Francisco B. Sousa Gomes.
 António José Vieira de Freitas.
 António Magalhães da Silva.
 Carlos Manuel N. Costa Candal.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 João Cardona Gomes Cravinho.
 João Francisco Ludovico da Costa.
 Joaquim Sousa Gomes Carneiro.
 José Gomes Fernandes.
 Manuel Alegre de Melo Duarte.
 Mário Alberto Lopes Soares.
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.
 Rui Fernando Pereira Mateus.
 Virgílio Fernando M. Rodrigues.
 Victor Manuel Ribeiro Constâncio.

Centro Democrático Social (CDS)

Adalberto Neiva de Oliveira.
 Alberto Henriques Coimbra.
 Eugénio Maria Anacoreta Correia.
 João Lopes Porto.
 João da Silva Mendes Morgado.
 José Alberto de Faria Xerez.
 José Augusto Gama.
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia.
 Luís Filipe Paes Beiroco.
 Narana Sinai Coissoró.
 Ruy Garcia de Oliveira.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Barreirinhos Cunhal.
 Jorge Manuel Lampreia Patrício.
 Maria Ilda Costa Figueiredo.
 Octávio Augusto Teixeira.

Partido Popular Monárquico (PPM)

Augusto Ferreira Amaral.
 Luís Filipe Ottolini Bebiano Coimbra.

Acção Social-Democrata Independente (ASDI)

Joaquim Jorge de Magalhães S. Mota.

União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS)

António Manuel C. Ferreira Vitorino.

OS REDACTORES DE 1.ª CLASSE: *Ana Maria Santos — Anita Paramés Pinto da Cruz.*

PREÇO DESTE NÚMERO 68\$00

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA